



# **PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**2007 - 2010**



**MATERIAL PARA  
A IMPRENSA**

“

A minha intenção é estimular todos os setores do país a participarem deste esforço de aceleração do crescimento, pois uma tarefa dessas não pode ser uma atitude isolada de um governo – mas de toda a sociedade. Um governo pode tomar a iniciativa, pode criar os meios, mas para que qualquer projeto amplo tenha sucesso é preciso o engajamento de todos.”

”

Luiz Inácio Lula da Silva,  
Presidente da República



# I - MEDIDAS ECONÔMICAS PARA O CRESCIMENTO

O Brasil iniciou, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um novo modelo de desenvolvimento econômico e social. Projeto que combina crescimento econômico com distribuição de renda e proporciona a inclusão de milhões de brasileiros e brasileiras no mercado formal de trabalho e na sociedade de consumo de massa.

Neste início de 2007, a economia brasileira reúne indicadores econômicos positivos como poucas vezes em sua história – apontando para a possibilidade de aceleração de seu crescimento econômico, mantendo a inflação em níveis baixos.

Pela primeira vez desde a implantação, em 1999, do sistema de metas inflacionárias, a economia brasileira começou o ano de 2007 com uma expectativa de inflação abaixo do centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Tal conjuntura favorável e o grande potencial de crescimento da economia brasileira apontam para a continuidade da redução da taxa básica de juro neste e nos próximos anos.

O Brasil reduziu sua dependência do financiamento externo e encontra-se hoje muito menos vulnerável a crises internacionais do que no passado recente. Nos últimos anos, o País ampliou substancialmente sua participação no comércio internacional e acumulou superávits recordes na balança comercial. Esse bom desempenho permitiu a acumulação de reservas internacionais em níveis também recordes, tornando possível que o governo brasileiro pagasse suas dívidas com o Fundo Monetário Internacional e com o Clube de Paris.

A política de austeridade fiscal e os superávits primários praticados interromperam a trajetória de elevação da dívida líquida do setor público em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Após crescer ininterruptamente por nove anos, o endividamento líquido do setor público vem caindo gradualmente, em relação ao tamanho da economia, desde 2004. A perspectiva favorável de crescimento econômico para os próximos anos e o compromisso do governo com a estabilidade das finanças públicas garantem a continuidade desta trajetória de robustez fiscal.

Em suma, no primeiro mandato do presidente Lula a política econômica do governo federal conseguiu estabilizar a economia e construir as bases para o crescimento com distribuição de renda. Em consequência, entre 2003 e 2006 houve melhora significativa dos indicadores macroeconômicos e sociais.

Agora, é chegado o momento de ousar para crescer ainda mais. Crescer de forma sustentável e acelerada, uma vez que a economia brasileira tem grande potencial de expansão. Tal desenvolvimento econômico deve beneficiar a todos os brasileiros e brasileiras. Nesse sentido, o desafio da política econômica em 2007-2010 é aproveitar o momento histórico favorável e estimular o crescimento do PIB e do emprego, intensificando ainda mais a inclusão social e a melhora na distribuição de renda do País.

Para crescer mais, de forma sustentável, é preciso aumentar a taxa de investimento da economia brasileira. Assim, o presidente Lula lança, neste início de seu segundo mandato, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As ações e metas do PAC estão organizadas em um amplo conjunto de investimentos em infra-estrutura e um grupo de medidas de incentivo e facilitação do investimento privado. O programa também prevê a melhora na qualidade do gasto público, com contenção do crescimento do gasto corrente e aperfeiçoamento da gestão pública, tanto no orçamento fiscal quanto no orçamento da previdência e seguridade social.

### **Investimento em Infra-Estrutura**

O PAC vai aplicar em quatro anos, um total de investimentos em infra-estrutura da ordem de R\$ 503,9 bilhões, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. Este valor está dividido em R\$ 67,8 bilhões do orçamento do governo central e R\$ 436,1 bilhões provenientes das estatais federais e do setor privado.

O conjunto de investimentos está organizado da seguinte forma: logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias); energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural e combustíveis renováveis); e infra-estrutura social e urbana (saneamento, habitação, transporte urbano, Luz para Todos e recursos hídricos). O PAC é o maior programa estratégico de investimentos do Brasil nas últimas quatro décadas.

### **Estímulo ao Crédito e ao Financiamento**

O aumento do crédito é parte vital do desenvolvimento econômico e social. Nos últimos anos o governo federal adotou uma série de medidas que resultaram na expansão do volume de crédito, sobretudo para pessoas físicas. Além disso, a queda da taxa básica de juros e o aumento da renda pessoal também estimulam o aumento do crédito habitacional. O objetivo para os próximos anos é continuar a expansão, sobretudo do crédito habitacional e do crédito de longo prazo para investimentos em infra-estrutura. Nesse sentido, este módulo do PAC consiste em um grupo de medidas destinadas a elevar o financiamento de longo prazo, em condições mais favoráveis do que no passado, principalmente por parte da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

### **Melhora do Ambiente de Investimento**

O aumento do investimento também depende de marco regulatório e da qualidade do ambiente de negócios. O PAC inclui medidas destinadas a agilizar e facilitar a implementação de investimentos em infra-estrutura, sobretudo no que toca à questão ambiental. O governo buscará o aperfeiçoamento do marco regulatório, em tramitação no Congresso Nacional, bem como a criação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). Estas medidas, juntamente com o incentivo ao desenvolvimento regional, dado pela recriação da SUDAM e da SUDENE, proporcionarão uma melhora geral no ambiente de investimento do país.



## **Desoneração e Administração Tributária**

O PAC inclui uma série de medidas de desoneração tributária, combinadas com ações de modernização e agilização da administração tributária. De um lado, as desonerações têm por objetivo o estímulo ao investimento em construção civil e a aquisição de bens de capital, além da promoção do desenvolvimento tecnológico dos setores da TV digital e de semicondutores, bem como a formalização e incentivo ao crescimento das micro e pequenas empresas. De outro lado, as medidas de aperfeiçoamento da administração tributária visam reduzir a burocracia e modernizar e racionalizar a arrecadação de impostos e contribuições.

## **Medidas Fiscais de Longo Prazo**

As medidas fiscais do PAC visam a contenção do crescimento do gasto com pessoal do governo federal, com a criação de um teto de 1,5% para o crescimento real anual da folha de pagamento da União. Além desta iniciativa, o programa prevê a implementação da política de longo prazo para o salário mínimo, anunciada recentemente, com a definição de regras de reajuste a cada quatro anos.

Também há medidas de aperfeiçoamento tanto na gestão do orçamento fiscal quanto na administração da previdência social. Por fim, para elaborar propostas de consenso para a previdência social, o governo federal criará, no âmbito do Ministério da Previdência Social, um fórum para discussão da situação de longo prazo do sistema previdenciário e de assistência social do país.

## **Consistência fiscal**

Todas as ações e medidas incluídas no PAC foram definidas de modo a compatibilizar a aplicação dos recursos com a manutenção da responsabilidade fiscal e a continuidade da redução gradual da relação dívida do setor público / PIB nos próximos anos. A aceleração do crescimento proporcionada pelo aumento do investimento, juntamente com a redução da taxa básica de juros projetada para os próximos anos, possibilitará reduzir a relação dívida do setor público / PIB para aproximadamente 40% até 2010. O déficit nominal do setor público também continuará a cair, em direção ao resultado nominal zero.

Do lado tributário, cabe ressaltar que, para estimular o crescimento e o investimento privado, haverá uma redução da carga tributária no montante de aproximadamente R\$ 6,6 bilhões em 2007, beneficiando os setores industriais de bens de capital, edificação de infra-estrutura e construção civil.

Do lado do gasto, o aumento do investimento público incluído no PAC será assegurado pela elevação da dotação orçamentária do Projeto Piloto de Investimento (PPI) – que subirá dos 0,15% do PIB estabelecidos em 2006 para 0,5% do PIB, por ano, durante o período de 2007-2010. O aumento do PPI e a contenção do crescimento do gasto corrente garantem a consistência fiscal do PAC neste e nos próximos anos.

CENÁRIO DO PAC	2007	2008	2009	2010
Taxa SELIC nominal	12,2%	11,4%	10,5%	10,1%
Taxa de Inflação	4,1%	4,5%	4,5%	4,5%
Taxa de Crescimento Real do PIB	4,5%	5,0%	5,0%	5,0%
Resultado Primário em % do PIB	4,25%	4,25%	4,25%	4,25%
PPI em % do PIB	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%
Resultado Nominal em % do PIB	-1,9%	-1,2%	-0,6%	-0,2%
Dívida Líquida do Setor Público em % do PIB	48,3%	45,8%	42,9%	39,7%

## FUNDAMENTOS ECONÔMICOS

- estabilidade monetária
- responsabilidade fiscal
- baixa vulnerabilidade externa





### Concessão pela União de crédito à Caixa Econômica Federal (CEF) para aplicação em saneamento e habitação

**Descrição:** concessão de crédito à CEF no valor de R\$ 5,2 bilhões em condições financeiras que permitem o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pelo Conselho Monetário Nacional. Os recursos poderão ser utilizados exclusivamente para aplicação em saneamento básico e habitação popular.

**Impacto:** elevação do financiamento da CEF a entes públicos, para investimentos em saneamento e habitação popular.

---

### Ampliação do limite de crédito do setor público para investimentos em saneamento ambiental e habitação

**Descrição:** a) ampliação em R\$ 6,0 bilhões, nos próximos 2 anos, do limite específico para contratação de operações de crédito do setor público e para novas ações de saneamento ambiental (R\$ 1,5 bilhão para drenagem urbana associada a projetos de saneamento integrado); b) ampliação em R\$ 1,0 bilhão, em 2007, do limite de crédito para habitação, especialmente para oferecer acesso à moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento familiar mensal de até 3 salários mínimos.

**Impacto:** aumento do financiamento público em saneamento e habitação

---

### Criação do Fundo de Investimento em Infra-Estrutura com recursos do FGTS

**Descrição:** criação do Fundo de Investimento em Infra-Estrutura, com valor inicial de R\$ 5 bilhões, com recursos do patrimônio líquido do FGTS, podendo ser elevado para o valor de até 80% do patrimônio líquido do fundo, que atualmente é de cerca de R\$ 20 bilhões. Além do aporte do FGTS, os trabalhadores também poderão comprar cotas do fundo até o limite de 10% do saldo de suas contas no FGTS.

**Impacto:** aumento do financiamento de investimentos em infra-estrutura.

---

### Elevação da Liquidez do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)

**Descrição:** a medida visa permitir a antecipação da opção de compra do imóvel arrendado ou a venda direta de imóveis pertencentes ao FAR. O objetivo é ampliar a liquidez do fundo que operacionaliza o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), destinado ao atendimento exclusivo de moradia popular.

**Impacto:** essas operações reduzirão as despesas do FAR com a administração e manutenção dos imóveis, liberando recursos para novas operações de arrendamento residencial.

### Redução da TJLP

**Descrição:** redução consistente da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que é a principal referência para o financiamento dos investimentos com prazo mais longo de implantação. A TJLP recuou de 9,75% ao ano, em dezembro de 2005, para 6,50% ao ano, em janeiro de 2007. A taxa atual é o menor valor da TJLP desde a sua criação, em dezembro de 1994.

**Impacto:** redução dos custos de investimentos em infra-estrutura.

---

### Redução dos Spreads do BNDES para Infra-Estrutura, Logística e Desenvolvimento Urbano

**Descrição:** redução dos spreads do BNDES para financiamento de projetos em infra-estrutura, especialmente na área de energia (geração, transmissão e distribuição), bem como nas operações de logística (ferrovias, rodovias, aeroportos, portos e terminais) e de desenvolvimento urbano (transporte urbano integrado e saneamento ambiental). Também foi aprovada a realização de operações de financiamento de projetos (Project Finance).

**Impacto:** redução do custo e facilitação de investimentos em infra-estrutura.

## Medidas de Melhoria do Ambiente do Investimento

### Regulamentação do Artigo 23 da Constituição

**Descrição:** a medida estabelece as diretrizes e normas para a cooperação entre os entes federativos com o intuito de harmonizar os procedimentos, bem como elevar a eficiência e a celeridade no exercício das competências ambientais.

**Impacto:** maior eficiência na atuação do poder público com vistas à proteção do meio ambiente, reduzindo os questionamentos judiciais sobre as competências de cada ente federativo e contribuindo para a realização de novos investimentos.



### Marco Legal das Agências Reguladoras

**Descrição:** disciplina a gestão, a organização e o controle social das agências reguladoras, definindo também o padrão de interação entre estas e os órgãos de defesa da concorrência.

**Impacto:** criação de ambiente institucional/legal que favoreça a elevação do investimento privado em infra-estrutura.

---

### Lei do Gás Natural

**Descrição:** a) corrige lacuna da legislação vigente que reserva espaço secundário à regulação do gás; b) estabelece as diretrizes para acesso aos gasodutos de transporte e para fixação das tarifas desse serviço; c) introduz o regime de concessão para a construção e operação de gasodutos.

**Impacto:** a) aumento da oferta de gás natural para a geração de eletricidade e para uso industrial em decorrência da ampliação e atração de novos investimentos; b) elevação da concorrência.

---

### Reestruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

**Descrição:** a) racionaliza o desenho institucional do SBDC (unifica as funções de instrução e de julgamento no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e centraliza as atividades de promoção da concorrência na Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda); b) enfatiza o combate a condutas anticompetitivas; c) introduz a análise prévia de fusões e aquisições e rito simplificado para a análise de operações de impacto concorrencial reduzido.

**Impacto:** criação de ambiente institucional/legal que favoreça o livre funcionamento dos mercados e o investimento privado.

---

### Medidas de Melhoria do Ambiente do Investimento – já implementadas

#### Aprovação do Marco Regulatório para o Setor de Saneamento

**Descrição:** a) estabelece os princípios gerais do setor; b) organiza as atividades de planejamento, regulação e execução do serviço; c) identifica de maneira clara as responsabilidades de todos os agentes envolvidos; d) observa preocupações com a gestão dos recursos hídricos.

**Impacto:** a) garantir segurança jurídica para o setor; b) viabilizar expansão na rede de água e esgoto; c) incentivar a eficiência das empresas prestadoras; d) reduzir efeitos negativos na saúde pública, melhorando indicadores sociais.

## Abertura do Mercado de Resseguros

**Descrição:** acaba com o monopólio no mercado de resseguros, até há pouco exercido pelo IRB; e cria regras para a atuação de novos resseguradores no mercado brasileiro, bem como para a realização de operações de resseguro diretamente no exterior.

**Impacto:** ampliação da competição no setor, com a criação de novos produtos e redução dos custos.

---

## Recriação da SUDAM e da SUDENE

**Descrição:** essas superintendências ficarão vinculadas ao Ministério da Integração Nacional e vão incentivar novos investimentos nas regiões Norte e Nordeste e no norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

**Impacto:** elevação dos investimentos nas regiões de atuação dessas superintendências, reduzindo as desigualdades regionais.

## Medidas de Desoneração Tributária

### Recuperação Acelerada dos Créditos de PIS e COFINS em Edificações

**Descrição:** reduzir para 24 meses o prazo para a apropriação dos créditos de PIS e COFINS sobre edificações incorporadas ao ativo imobilizado, dando a estas o mesmo tratamento dispensado a máquinas e equipamentos. A apropriação hoje ocorre no prazo de depreciação de 25 anos.

**Valor estimado:** R\$ 1,15 bilhão no primeiro ano e R\$ 2,3 bilhões no segundo ano. A partir do terceiro ano, a renúncia é decrescente.

---

### Desoneração de Obras de Infra-Estrutura

**Descrição:** nos casos de obras de construção civil, suspender a exigibilidade de PIS e COFINS nas aquisições de insumos e serviços vinculados a novos projetos de infraestrutura de longo prazo nos setores de transportes, portos, energia e saneamento básico.

**Valor estimado:** o cálculo da renúncia dependerá da regulamentação do Poder Executivo.

---

### Desoneração dos Fundos de Investimento em Infra-Estrutura

**Descrição:** criação de Fundo de Investimento em Infra-Estrutura para captação destinada ao financiamento de projetos de infra-estrutura. Os rendimentos do fundo serão isentos de imposto de renda na fonte e na declaração da pessoa física, após transcorridos 5 anos da data de aquisição da cota.

**Valor estimado:** como se trata de uma nova modalidade de aplicação financeira, que não concorre com as existentes, não há impacto fiscal relevante.



## **Programa de Incentivos ao Setor da TV Digital (PATVD)**

**Descrição:** programa de estímulo à pesquisa e desenvolvimento e produção dos equipamentos aplicados à TV digital, exceto os set top boxes (conversores para sinal digital), que contarão com os incentivos da Zona Franca de Manaus. As empresas que aderirem ao programa serão beneficiadas com a redução a zero das alíquotas do IPI, do PIS, da COFINS e da CIDE incidente sobre a venda de equipamentos transmissores de sinais, bem como sobre a aquisição de bens de capital e as transferências para aquisição de tecnologia e softwares.

**Valor estimado:** não há impacto fiscal relevante por se tratar de setor em implantação.

---

## **Programa de Incentivos ao Setor de Semicondutores (PADIS)**

**Descrição:** programa de incentivo à pesquisa e desenvolvimento e produção de bens de microeletrônica (semicondutores). As empresas que aderirem ao programa serão beneficiadas com a isenção de IRPJ e a redução a zero das alíquotas do IPI, do PIS, da COFINS e da CIDE incidente sobre as vendas de semicondutores e displays, bem como sobre a aquisição de bens de capital e as transferências para aquisição de tecnologia e softwares.

**Valor estimado:** não há impacto fiscal relevante por se tratar de setor em implantação.

---

## **Ampliação do Benefício Tributário para Microcomputadores**

**Descrição:** amplia os limites do valor de venda a varejo de microcomputadores e notebooks beneficiados com alíquota zero de PIS e COFINS. Os limites atuais de R\$ 2,5 mil e R\$ 3 mil, respectivamente, passarão para R\$ 4 mil, em ambos os casos (Programa de Inclusão Digital, criado pela Lei nº 11.196/2005).

**Valor estimado:** R\$ 200 milhões.

---

## **Desoneração das Compras de Perfis de Aço**

**Descrição:** reduz de 5% para 0% a alíquota de IPI incidente sobre perfis de aço, insumo básico da construção civil.

**Valor estimado:** R\$ 60 milhões.

---

## **Medidas de Desoneração Tributária – já implementadas**

### **Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas**

**Descrição:** a) unifica a cobrança dos tributos federais, estaduais e municipais para as micro e pequenas empresas; b) reduz a parcela dos tributos federais; c) amplia o universo de empresas beneficiadas pela tributação simplificada; d) agiliza a abertura e o fechamento de empresas; e) cria regimes favorecidos para essas empresas nas compras governamentais.

**Valor estimado:** R\$ 2,45 bilhões em 2007, e R\$ 4,9 bilhões em 2008.

## Reajuste da Tabela de Imposto de Renda de Pessoa Física

**Descrição:** reajuste anual de 4,5%, no período de 2007-2010, das faixas de rendimento do imposto de renda pessoa física e elevação, no mesmo percentual, dos limites de dedução com despesas de educação e com dependentes.

**Valor estimado:** R\$ 1,26 bilhão, em 2007, e R\$ 2,52 bilhões, em 2008.

---

## Prorrogação da Depreciação Acelerada

**Descrição:** prorrogar por dois anos o benefício que permite a contabilização fiscal da depreciação de novos investimentos na metade do prazo normal, reduzindo a contribuição social sobre o lucro devido pelas empresas. O benefício alcançava apenas os investimentos realizados até o final de 2006.

**Valor estimado:** R\$ 900 milhões em 2007 e 2008.

---

## Prorrogação da Cumulatividade do PIS e da COFINS na Construção Civil

**Descrição:** prorrogar o prazo de permanência da construção civil no regime de cumulatividade do PIS e da COFINS até 31 de dezembro de 2008.

**Valor estimado:** R\$ 600 milhões em 2007 e 2008.

## Medidas de Aperfeiçoamento do Sistema Tributário

### Aumento do Prazo de Recolhimento de Contribuições (Previdência, PIS e COFINS)

**Descrição:** mudança na data de recolhimento da contribuição previdenciária, do dia 2 para o dia 10, e da COFINS e do PIS, do dia 15 para o dia 20. A medida permitirá que as empresas adaptem o prazo de recolhimento de tributos ao seu fluxo de caixa, o que implicará na redução das despesas financeiras e no crescimento do volume de negócios.

**Impacto:** não há impacto no resultado primário, pois os recursos continuam sendo recolhidos no mesmo mês.

## Medidas de Aperfeiçoamento do Sistema Tributário – em tramitação

### Criação da Receita Federal do Brasil

**Descrição:** unificação da estrutura de arrecadação e cobrança de tributos da União.

**Impacto:** redução da burocracia (cadastro, obrigações acessórias, certidões, etc.) e melhora do atendimento aos contribuintes. Utilização racional e otimizada de recursos materiais e humanos, possibilitando a redução de custos operacionais, a simplificação de processos, a integração dos sistemas de atendimento de controle e de tecnologia da informação, bem como a adoção de outras medidas de eficiência administrativa, de modo a incrementar a arrecadação e cobrança dos tributos e contribuições. Permite ao Ministério da Previdência Social dedicar-se somente à gestão dos benefícios.

## Reforma Tributária

**Descrição:** retomar a discussão sobre a reforma tributária com os governadores, prefeitos, empresários, representantes dos consumidores e parlamentares, tendo como objetivo o aprimoramento do sistema tributário nacional e, se possível, a unificação de tributos indiretos federais, estaduais e municipais em um imposto sobre o valor agregado (IVA) com legislação uniforme e receita compartilhada.

**Impacto:** aumento relevante da eficiência da economia com a eliminação das deficiências do sistema de tributos indiretos do País, entre as quais se destacam as distorções na tributação do comércio exterior, o incentivo à guerra fiscal entre estados, a dificuldade para desonerar investimentos e a falta de neutralidade na tributação. A correção destas deficiências deve ter um impacto extremamente positivo sobre o nível de investimentos.

### Medidas de Aperfeiçoamento do Sistema Tributário – em implementação

#### Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e Nota Fiscal Eletrônica

**Descrição:** completar, no prazo de 2 anos, a implantação do cadastro sincronizado e do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

**Impacto:** atuação integrada dos fiscos federal, estaduais e municipais mediante a padronização e racionalização das informações e o acesso compartilhado à escrituração digital de contribuintes por pessoas legalmente autorizadas, e substituição da emissão de livros e documentos contábeis e fiscais em papel, por documentos eletrônicos com certificação digital.

### Medidas Fiscais de Longo Prazo

#### Controle da Expansão da Despesa de Pessoal da União

**Descrição:** limitação do crescimento anual da folha de pessoal (inclusive inativos) à taxa de inflação (IPCA), acrescida de um índice real de 1,5% ao ano, resguardados os acordos consolidados na legislação até o final de 2006. Medida a ser implementada a partir de 2007, por 10 anos.

**Impacto:** redução gradual das despesas de pessoal em relação ao PIB a partir de 2008.

#### Política de Longo Prazo de Valorização do Salário Mínimo

**Descrição:** reajuste do valor do salário mínimo para R\$ 380,00 em 2007, e estabelecimento de uma política de longo prazo de elevação de seu valor real. No período compreendido entre 2008 e 2011, o salário mínimo sofrerá reajustes iguais à inflação (INPC) acrescida da taxa de crescimento real do PIB com dois anos de defasagem. Prevê-se a manutenção da política de valorização até 2023, sendo as novas regras definidas até 2011 levando-se em conta a avaliação do resultado da medida.

**Impacto:** continuação do aumento real do salário mínimo até 2011 e estabilização dos gastos da Previdência Social em relação ao PIB.



## Fórum Nacional da Previdência Social

**Descrição:** instituir o Fórum Nacional da Previdência Social, no âmbito do Ministério da Previdência, para promover o debate entre os representantes dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, dos empregadores e do governo federal com vistas ao aperfeiçoamento e sustentabilidade dos regimes de previdência social e sua coordenação com as políticas de assistência social.

**Impacto:** elaboração de propostas de melhoria do modelo previdenciário.

---

## Agilização do Processo Licitatório

**Descrição:** adequação dos processos licitatórios às novas tecnologias de informação, aumentando a transparência e a eficiência nas contratações governamentais. As principais medidas são: possibilidade de inversão das fases licitatórias; utilização de meios eletrônicos em todas as modalidades de licitação; inclusão de fase saneadora; criação do Cadastro Nacional de Registro de Preços; diminuição dos prazos e fases recursais; uso das novas ferramentas tecnológicas para verificação da habilitação; e substituição da publicação em Diário Oficial por publicação em meio eletrônico, via internet.

**Impacto:** redução do valor contratado e do tempo gasto no processo licitatório.

---

## Aperfeiçoamento da Governança Corporativa nas Estatais

**Descrição:** instituição da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, para aperfeiçoar a ação do governo no seu papel de acionista, estimular a adoção das modernas práticas de governança corporativa e garantir maior transparência no relacionamento com empresas estatais.

**Impacto:** melhora dos resultados para a sociedade e para os acionistas das empresas estatais.

---

## Extinção de Empresas Estatais em Processo de Liquidação

**Descrição:** extinção da Rede Ferroviária Federal(RFFSA) da FRANAVE (Companhia de Navegação do São Francisco), estatais que perderam seu objeto social e não têm capacidade econômico-financeira para sua sustentação.

**Impacto:** racionalização da administração das empresas estatais e redução de gastos públicos no médio e longo prazos.

## Regime de Previdência Complementar do Servidor Público Federal

**Descrição:** implementação do regime de previdência complementar para o servidor público federal, dando seqüência à reforma da previdência iniciada com a Emenda Constitucional nº 41/2003.

**Impacto:** no médio prazo haverá redução gradual das despesas com aposentadorias e pensões de servidores públicos.

### Medidas Fiscais de Longo Prazo - em tramitação

#### Melhora na Gestão da Previdência Social

**Descrição:** aprovar o Projeto de Lei do Senado 261/2005, que inclui as seguintes medidas: a) estabelecer que a falta de comunicação ou informação incorreta relativa aos óbitos sujeita os titulares de cartório a multa e à responsabilidade subsidiária pelo ressarcimento dos benefícios; b) determinar que empresas enviem à Previdência Social, até o dia da contratação, dados do trabalhador que pretende contratar, sujeitando-se a multa o empregador que assim não proceder em relação a empregado que sofra acidente; c) limitar o benefício do auxílio-doença à média dos 12 últimos salários de contribuição.

**Impacto:** redução de fraude e diminuição da taxa de crescimento das despesas com o auxílio-doença.

### Medidas de gestão

#### Criação do Comitê Gestor do PAC (CGPAC)

**Descrição:** criação do Comitê Gestor do PAC (CGPAC), composto pelos Ministros da Casa Civil, da Fazenda e do Planejamento, com a finalidade de coordenar a implementação do PAC; criação do Grupo Executivo do PAC (GEPAC), composto pela Subchefia de Articulação e Monitoramento (Casa Civil), Secretaria de Orçamento Federal (Planejamento), Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (Planejamento) e Secretaria Nacional do Tesouro (Fazenda), com a finalidade de estabelecer metas e acompanhar a implementação do PAC.

**Impacto:** coordenação e acompanhamento da implementação do PAC.

## II - INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

A expansão do investimento em infra-estrutura é condição fundamental para a aceleração do desenvolvimento sustentável no Brasil. Dessa forma, o país poderá superar os gargalos da economia e estimular o aumento da produtividade e a diminuição das desigualdades regionais e sociais.

Mais que um plano de expansão do investimento, o PAC quer introduzir um novo conceito de investimento em infra-estrutura no Brasil. Um conceito que faz das obras de infra-estrutura um instrumento de universalização dos benefícios econômicos e sociais para todas as regiões do país, para que elas sejam capazes de trazer riqueza a todos e não apenas lucro para poucos.

### PREVISÃO DE INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA 2007-2010

R\$ bilhões

EIXOS	2007	2008 - 2010	TOTAL
LOGÍSTICA	13,4	44,9	58,3
ENERGÉTICA	55,0	219,8	274,8
SOCIAL E URBANA	43,6	127,2	170,8
TOTAL	112,0	391,9	503,9

O PAC vai estimular, prioritariamente, a eficiência produtiva dos principais setores da economia, impulsionar a modernização tecnológica, acelerar áreas já em expansão e ativar áreas deprimidas, aumentar a competitividade e integrar o Brasil com o Brasil, com seus vizinhos e com o mundo. Seu objetivo é romper barreiras e superar limites.

Um programa dessa magnitude só é possível por meio de parcerias entre o setor público e o investidor privado, somadas a uma articulação constante entre os entes federativos. O esforço concentrado pelo desenvolvimento será feito em três eixos decisivos: Infra-Estrutura Logística, envolvendo a construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias; Infra-estrutura Energética, correspondendo a geração e transmissão de energia elétrica; produção, exploração e transporte de petróleo; gás natural e combustíveis renováveis; e Infra-estrutura Social Urbana, englobando saneamento, a universalização do programa Luz Para Todos, habitação, metrô, trens urbanos e infra-estrutura hídrica.



Em busca de resultados mais rápidos, o governo optou por recuperar a infra-estrutura existente, concluir projetos em andamento e buscar novos projetos com forte potencial para gerar retorno econômico e social – além de estimular, decididamente, a sinergia entre estes projetos.

Entre outras coisas, o plano de investimentos descrito a seguir vai significar a construção, adequação, a duplicação e recuperação, em quatro anos, de 42 mil quilômetros de estradas, 2.518 quilômetros de ferrovias, ampliação e melhoria de 12 portos e 20 aeroportos, geração de mais de 12.386 MW de energia elétrica, construção de 13.826 quilômetros de linhas de transmissão, instalação de quatro novas unidades de refinarias ou petroquímicas, construção de 4.526 quilômetros de gasodutos e instalação de 46 novas usinas de produção de biodiesel e de 77 usinas de etanol. Também trará como resultado melhores condições de moradia para quatro milhões de famílias, levará água e coleta de esgoto a 22,5 milhões de domicílios, proporcionará infra-estrutura hídrica para 23,8 milhões de pessoas e garantir a ampliação e construção de metrô em quatro cidades.

O PAC prevê, no quadriênio de 2007 a 2010, um total de R\$ 503,9 bilhões em investimentos públicos e privados – e o início de uma nova etapa do desenvolvimento brasileiro.

#### **PREVISÃO DE INVESTIMENTO REGIONAL EM INFRA-ESTRUTURA 2007-2010**

R\$ bilhões

<b>REGIÃO</b>	<b>LOGÍSTICA</b>	<b>ENERGÉTICA</b>	<b>SOCIAL E URBANA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Norte</b>	<b>6,3</b>	<b>32,7</b>	<b>11,9</b>	<b>50,9</b>
<b>Nordeste</b>	<b>7,4</b>	<b>29,3</b>	<b>43,7</b>	<b>80,4</b>
<b>Sudeste</b>	<b>7,9</b>	<b>80,8</b>	<b>41,8</b>	<b>130,5</b>
<b>Sul</b>	<b>4,5</b>	<b>18,7</b>	<b>14,3</b>	<b>37,5</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>3,8</b>	<b>11,6</b>	<b>8,7</b>	<b>24,1</b>
<b>Nacional *</b>	<b>28,4</b>	<b>101,7</b>	<b>50,4</b>	<b>180,5</b>
<b>TOTAL</b>	<b>58,3</b>	<b>274,8</b>	<b>170,8</b>	<b>503,9</b>

\* Projetos de característica nacional, que não estão localizados em uma única região

## PREVISÃO TOTAL DE INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA LOGÍSTICA

R\$ milhões

MODAL	2007	2008 - 2010	TOTAL
Rodovias	8.086	25.352	33.437
Ferrovias	1.666	6.197	7.863
Portos	684	1.979	2.663
Aeroportos	878	2.123	3.001
Hidrovias	280	455	735
Marinha Mercante	1.779	8.802	10.581
<b>TOTAL</b>	<b>13.373</b>	<b>44.907</b>	<b>58.280</b>

Orçamento Geral da União – R\$ 33 bilhões

Financiamento Público (BNDES) – R\$ 17 bilhões

## OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA LOGÍSTICA – 2007-2010

MODAL	KM
<b>Rodovias</b>	<b>45.337</b>
Invest. Público	42.090
Recuperação	32.000
Adequação/Duplicação	3.214
Construção	6.876
Invest. Privado	3.247
<b>Ferrovias</b>	<b>2.518</b>
Invest. Público	211
Invest. Privado	2.307

MODAL	QTDE
<b>Portos</b>	<b>12</b>
<b>Hidrovias</b>	<b>67 Portos</b> <b>1 Eclusa</b>
<b>Aeroportos</b>	<b>20</b>

## PREVISÃO DE INVESTIMENTO REGIONAL EM TRANSPORTES 2007-2010

R\$ bilhões

REGIÃO	INVESTIMENTO TOTAL
Norte	6,2
Nordeste	7,3
Sudeste	6,1
Sul	3,9
Centro-Oeste	3,5
Projetos Especiais	28,4
<b>TOTAL *</b>	<b>55,4</b>

\* Não inclui investimentos em Aeroportos

## REGIÃO NORTE

### PREVISÃO DE INVESTIMENTO EM TRANSPORTES 2007-2010

**BR-364-AC:** Construção e Pavimentação Sena Madureira - Feijó - Cruzeiro do Sul

**BR-319-AM:** Restauração, Melhoramentos e Pavimentação Manaus-AM - Porto Velho-RO

**BR-163-MT-PA:** Pavimentação Guarantã do Norte-MT - Rurópolis-PA - Santarém-PA, incluindo o acesso a Miritituba-PA (BR-230-PA)

**BR-230-PA:** Pavimentação Marabá - Altamira - Medicilândia - Rurópolis

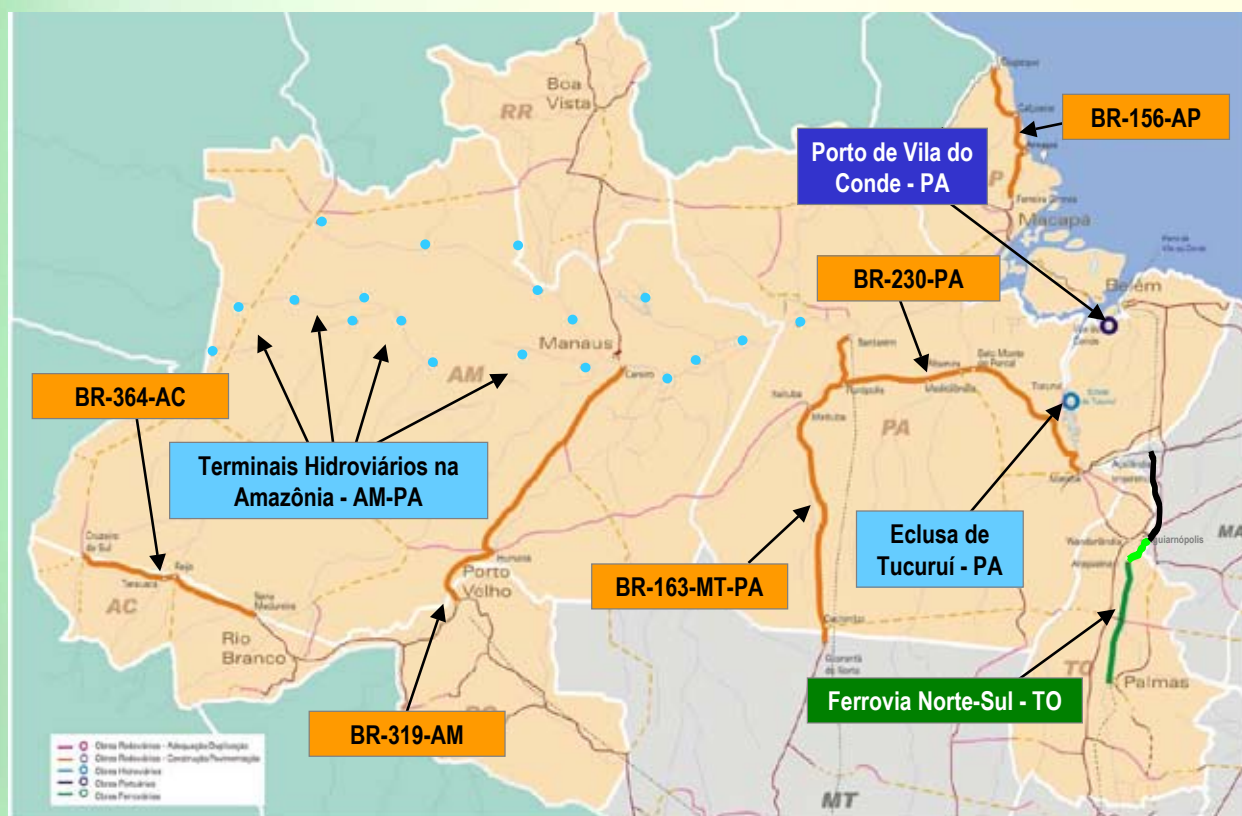
**BR-156-AP:** Pavimentação Ferreira Gomes - Oiapoque

**Construção da Ferrovia Norte-Sul:** Araguaína - Palmas - TO

**Ampliação do Porto de Vila do Conde - PA**

**Construção das Eclusas de Tucuruí - PA**

**Construção de Terminais Hidroviários na Amazônia - AM-PA**





## REGIÃO NORDESTE

### PREVISÃO DE INVESTIMENTO EM TRANSPORTES 2007-2010

**BR-101-Nordeste (RN-PB-PE-AL-SE-BA): Duplicação e Adequação de Capacidade Natal - Entroncamento BR-324 (Feira de Santana)**

**BR-230-PB: Duplicação João Pessoa - Campina Grande**

**BR-135-PI-BA-MG: Pavimentação Jerumenha - Bertolínea - Eliseu Martins-PI; Construção de Trechos entre a Divisa PI-BA e a Divisa BA-MG; Pavimentação Divisa BA-MG - Itacarambi**

**BR-116-BA: Execução de Ponte sobre o Rio São Francisco - Divisa PE-BA**

**BR-116-324-BA: Salvador - Feira de Santana - Divisa BA-MG - Parceria Público Privado Contorno de São Félix - Cachoeira - BA**

**Variante Ferroviária Camaçari - Aratu - BA**

**Ferrovia Nova Transnordestina – CFN -Privado e Financiamento Público**

**Recuperação e Ampliação dos Berços 101 e 102 do Porto de Itaqui - MA**

**Construção do Berço 100 do Porto de Itaqui - MA**

**Dragagem dos Berços 100 ao 103 do Porto de Itaqui - MA**

**Duplicação do Acesso Rodoviário ao Porto de Itaqui - MA - BR-135-MA**

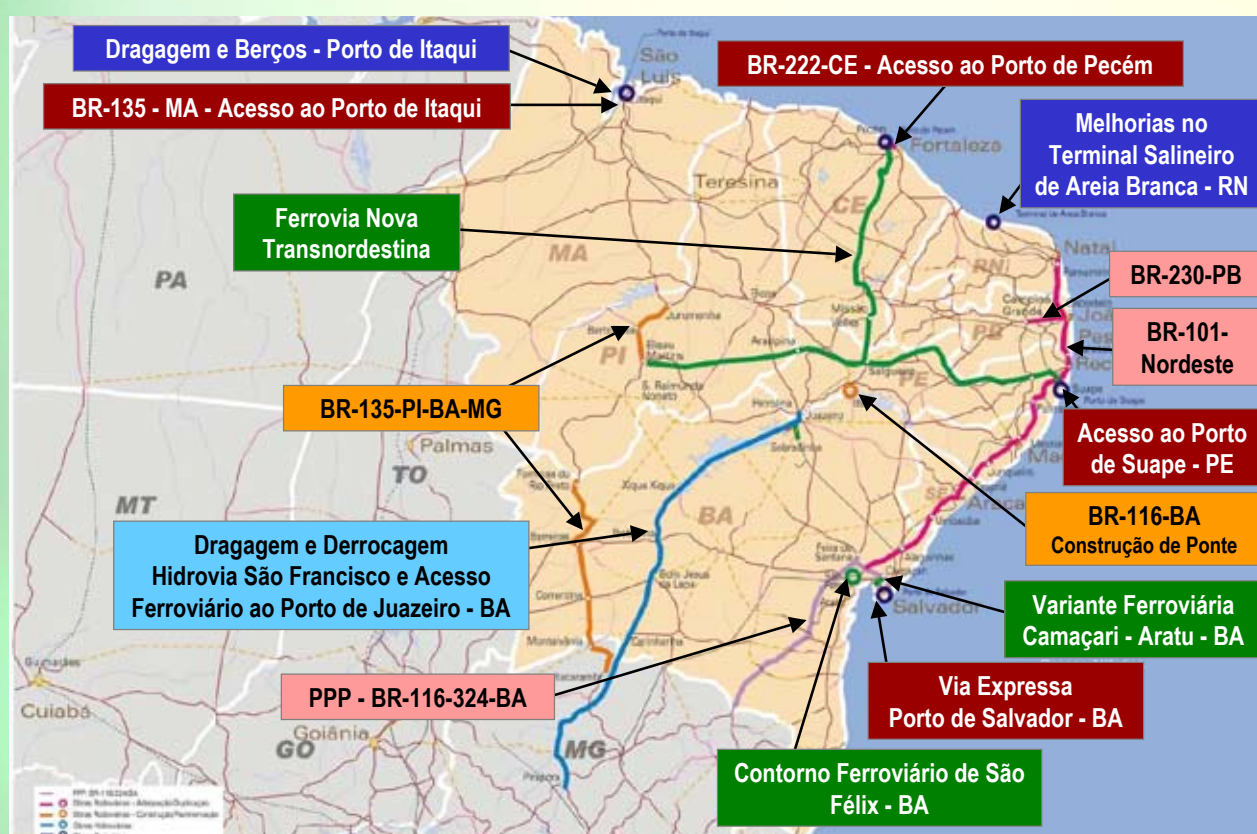
**Duplicação do Acesso Rodoviário ao Porto de Pecém - CE - BR-222-CE - Caucaia - Pecém**

**Melhorias no Terminal Salineiro de Areia Branca - RN**

**Construção de Novo Acesso Rodoferroviário ao Porto de Suape - PE**

**Construção da Via Expressa Portuária ao Porto de Salvador - BA**

**Dragagem e Derrocagem na Hidrovia do Rio São Francisco (Pirapora-MG - Juazeiro-BA - Petrolina-PE) e Acesso Ferroviário ao Porto de Juazeiro - BA**



## REGIÃO SUDESTE

### PREVISÃO DE INVESTIMENTO EM TRANSPORTES 2007-2010

Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, incluindo BR-101-RJ

BR-101-ES: Adequação de capacidade divisa RJ-ES - Vitória (incluindo o Contorno de Vitória)

BR-381-MG: Adequação de Capacidade e Duplicação Belo Horizonte - Governador Valadares, incluindo o Contorno de Belo Horizonte - Subtrecho Betim - Ravena (em pista dupla)

BR-153-365-MG: Duplicação Divisa GO-MG - Trevão - Uberlândia

BR-040-MG: Duplicação Trevo de Curvelo - Sete Lagoas

BR-050-MG: Conclusão da duplicação Uberaba - Uberlândia e duplicação Uberlândia - Araguari

BR-262-MG: Duplicação Betim - Nova Serrana

BR-265-MG: Pavimentação Ilícinea - São Sebastião do Paraíso

Rodoanel de São Paulo-SP - Trecho Sul

Adequação da Linha Férrea no perímetro urbano de Barra Mansa - RJ e Construção de Pátio

Construção do Contorno Ferroviário de Araraquara - SP

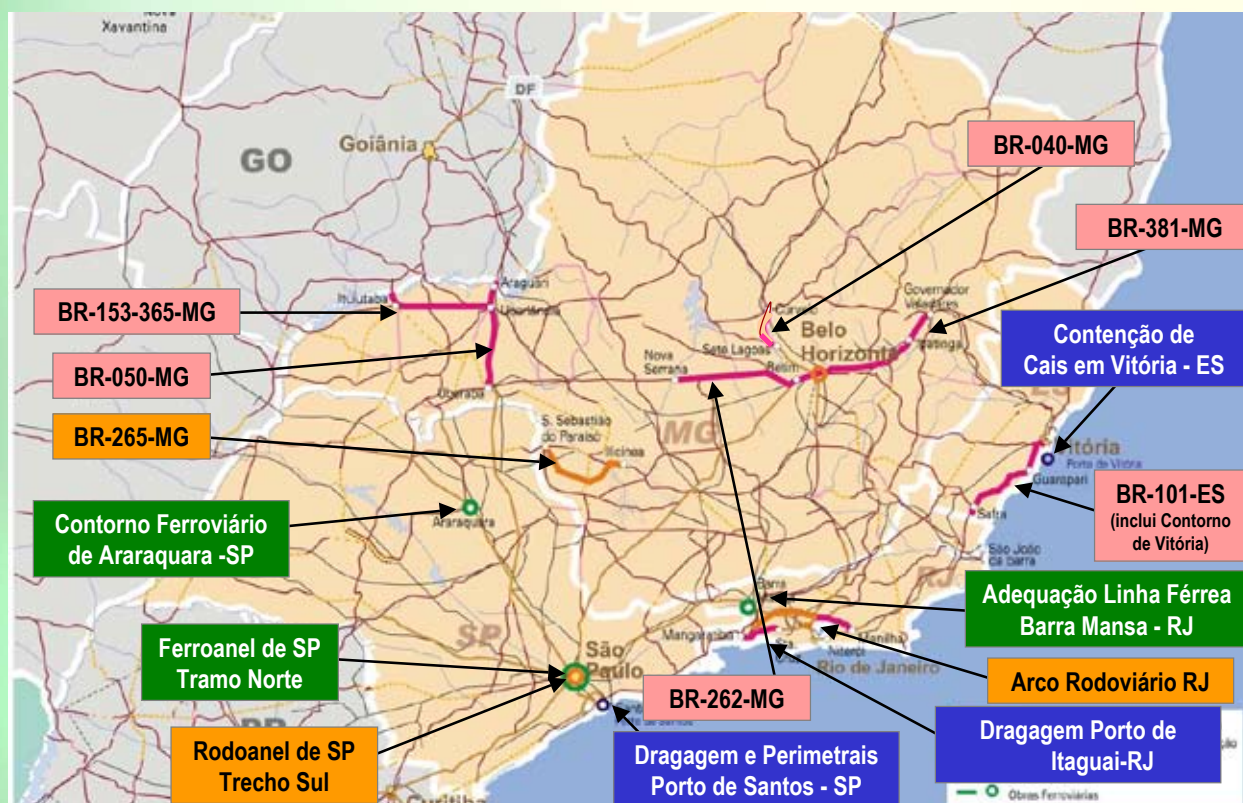
Ferroanel de São Paulo - Tramo Norte - SP – MRS-Privado (REFC)

Construção das Avenidas Perimetrais do Porto de Santos - Margem Direita (Santos-SP) e Margem Esquerda (Guarujá-SP)

Dragagem de aprofundamento no canal de acesso, bacia de evolução e junto aos cais do Porto de Santos-SP

Derrocagem junto ao canal de acesso ao Porto de Santos-SP

Contenção do Cais do Porto de Vitória - ES





## REGIÃO SUL

### PREVISÃO DE INVESTIMENTO EM TRANSPORTES 2007-2010

BR-101-SUL (SC-RS): Duplicação Palhoça-SC - Osório-RS

BR-116-RS: Programa Via Expressa (Região Metropolitana de Porto Alegre) - RS

BR-386-RS: Duplicação Tabaí – Estrela - RS

BR-392-RS: Duplicação Pelotas - Rio Grande, inclusive Contorno de Pelotas - RS

BR-158-RS: Pavimentação Santa Maria - Rosário do Sul - RS

BR-470-SC: Duplicação Navegantes - Blumenau - Entroncamento Acesso Timbó - SC

BR-280-SC: Duplicação São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - SC

BR-282-SC: Pavimentação Lajes - Campos Novos - São Miguel - Paraíso - SC

BR-153-PR: Pavimentação Ventania - Alto do Amparo - PR

Construção da Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná - Foz do Iguaçu-PR

BR-116-PR: Adequação do Contorno Leste de Curitiba - PR

Construção do Contorno de São Francisco do Sul - SC

Construção do Contorno de Joinville - SC

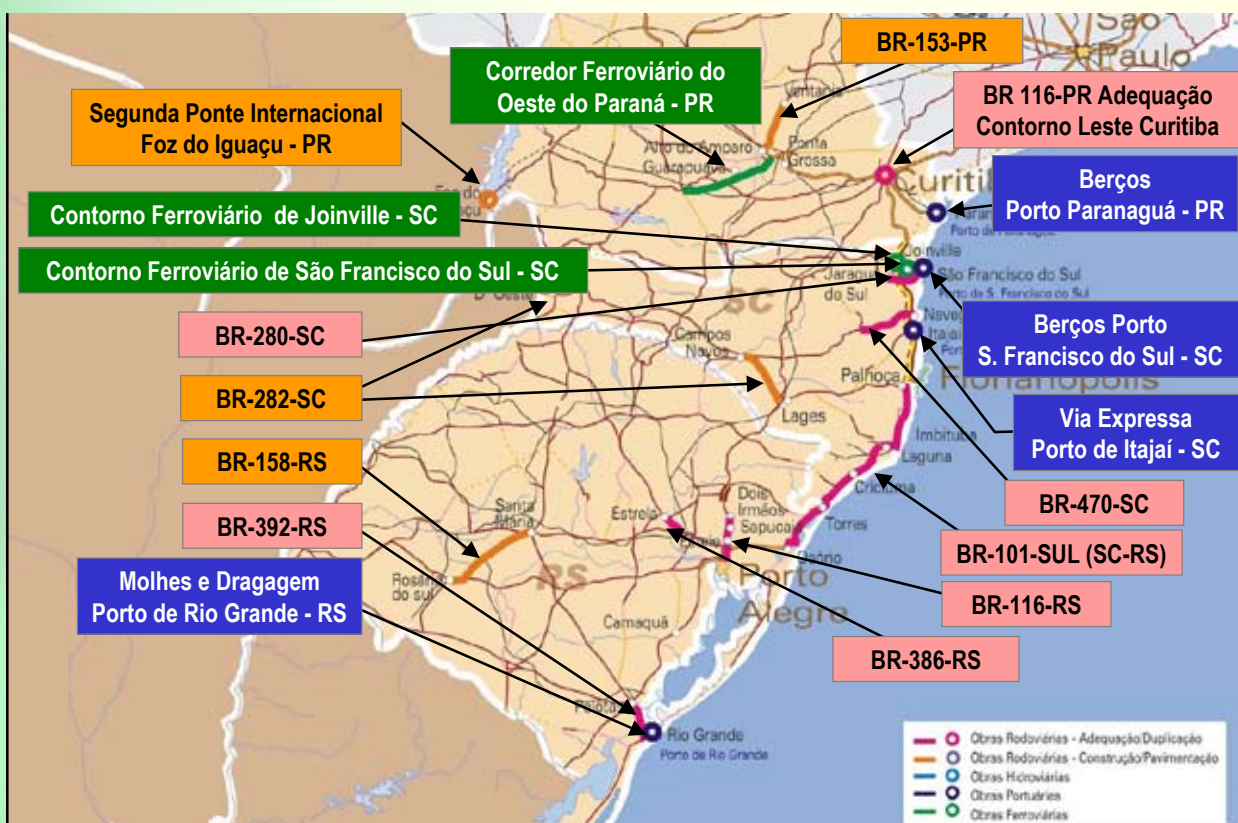
Ampliação da Capacidade do Corredor Ferroviário do Oeste do Paraná – ALL - Privado

Ampliação dos Molhes e Dragagem de Aprofundamento do Porto de Rio Grande - RS

Construção e Recuperação de Berços do Porto de Paranaguá - PR

Construção e Recuperação de Berços do Porto de São Francisco do Sul - SC

Construção da Via Expressa Portuária do Porto de Itajaí - SC





## REGIÃO CENTRO-OESTE

### PREVISÃO DE INVESTIMENTO EM TRANSPORTES 2007-2010

**BR-163-364-MT: Duplicação Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - MT**

**BR-158-MT: Pavimentação Ribeirão Cascalheira - Divisa MT-PA**

**BR-364-MT: Pavimentação Diamantino - Campo Novo dos Parecis - MT**

**BR-242-MT: Pavimentação Ribeirão Cascalheira - Sorriso - MT**

**BR-158-MS-SP: Construção da Ponte Paulicéia-SP - Brasilândia-MS**

**BR-070-GO: Duplicação Divisa DF-GO - Águas Lindas**

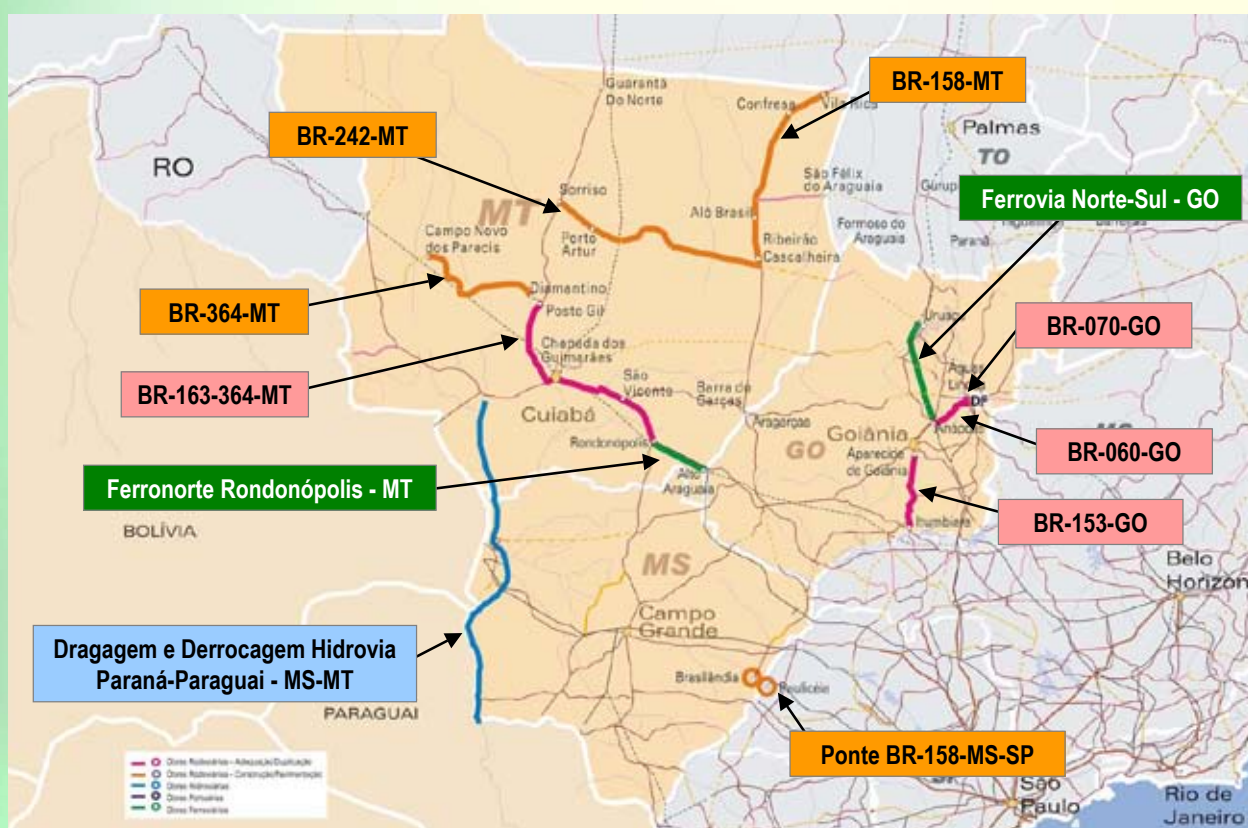
**BR-060-DF-GO: Conclusão da Duplicação Brasília-DF - Anápolis-GO**

**BR-153-GO: Conclusão da Duplicação Aparecida de Goiânia - Itumbiara -GO**

**Construção da Ferrovia Norte-Sul: Anápolis (Porto Seco) - Uruaçu - GO - Concessão**

**Construção do Trecho da Ferronorte - Alto Araguaia - Rondonópolis - MT - Privado com Financiamento BNDES**

**Dragagem e Derrocagem na Hidrovia do Paraná-Paraguai - MS-MT**



## PROJETOS ESPECIAIS

PREVISÃO DE INVESTIMENTO PRIVADO EM TRANSPORTES 2007-2010

**INVESTIMENTO TOTAL: R\$ 28,4 bilhões**

### RODOVIAS

Conservação de 52.000 km Rodovias - R\$ 1,7 bilhão

Manutenção e Recuperação de Rodovias - R\$ 8,0 bilhões

Estudos e Projetos para 14.500 km de Rodovias - R\$ 1,0 bilhão

Controle de Peso - Implantação e Operação de 206 postos - R\$ 666 milhões

Sistema de Segurança em Rodovias - R\$ 1,1 bilhão

Sinalização de 52.000 km em Rodovias - R\$ 470 milhões

### CONCESSÃO DE RODOVIAS

R\$ 3,8 bilhões



### PORTOS

Programa de Dragagem nos Portos - R\$ 1,1 bilhão

### MARÍTIMO

Programa de Financiamento da Marinha Mercante - R\$ 10,6 bilhões

## AEROPORTOS

### FONTES DE RECURSOS PARA AEROPORTOS 2007-2010

R\$ milhões

FONTE	INVESTIMENTO		
	2007	2008-2010	TOTAL
INFRAERO	305	664	969
Orçamento Geral da União	573	1.459	2.032
<b>TOTAL</b>	<b>878</b>	<b>2.123</b>	<b>3.001</b>

### META DE AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE

Capacidade	Número aeroportos	Atual	Acréscimo até 2010
Milhões de passageiros/ano	20	118	40,3
Mil toneladas/ano	4	100	191

### PREVISÃO DE INVESTIMENTO EM AEROPORTOS 2007-2010

REGIÃO	R\$ milhões
Norte	95
Nordeste	151
Sudeste	1.801
Sul	601
Centro-Oeste	353
<b>TOTAL</b>	<b>3.001</b>



## **PREVISÃO DE INVESTIMENTO EM AEROPORTOS 2007-2010**

### **CONCLUSÃO DE OBRAS EM ANDAMENTO**

**Boa Vista-RR - Ampliação da Capacidade para 330 mil pass/ano**

**Macapá-AP - Ampliação da Capacidade para 700 mil pass/ano**

**Fortaleza-CE- Construção do Terminal de Cargas e da Torre de Controle**

**Natal-RN - Construção do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante**

**João Pessoa-PB - Ampliação da Capacidade para 860 mil pass/ano**

**Guarulhos-SP - Implantação, Adequação, Ampliação e Revitalização do Sistema de Pátios e Pistas**

**Congonhas-SP - 2ª Etapa da Reforma e Modernização do Terminal de Passageiros e Construção da Torre de Controle**

**Santos Dumont-RJ - Ampliação da Capacidade para 8,5 milhões de pass/ano**

**Vitória-ES - Ampliação da Capacidade para 2,1 milhões de pass/ano**

**Goiânia-GO - Ampliação da Capacidade para 2,1 milhões de pass/ano**

### **NOVAS OBRAS**

**Parnaíba-PI - Ampliação e Reforço de Pátio e Pista**

**Recife-PE - Construção de 4 Pontes de Embarque**

**Salvador-BA - Readequação do Acesso ao Aeroporto**

**Vitória-ES - Construção do Novo Terminal de Cargas**

**Confins-MG - Ampliação do Estacionamento de Veículos em mais 700 Vagas**

**Guarulhos-SP - Ampliação da Capacidade para mais 12 milhões de pass/ano**

**Tom Jobim-RJ - Recuperação e Revitalização dos Sistemas de Pistas e Terminal de Cargas**

**Curitiba-PR -Ampliação da Pista de Pouso e Ampliação do Terminal de Cargas em mais 5.000 m<sup>2</sup>**

**Florianópolis-SC -Ampliação da Capacidade para 2,7 milhões de pass/ano**

**Porto Alegre-RS -Implantação do Novo Complexo Logístico do Aeroporto e Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem**

**Cuiabá-MT -Complementação da Reforma do Terminal de Passageiros**

**Brasília-DF - Ampliação da Capacidade para 11 milhões de pass/ano**

## INSTRUMENTOS PÚBLICOS DE INCENTIVO AO INVESTIMENTO PRIVADO EM INFRA-ESTRUTURA ENERGÉTICA

Programas	Instrumentos
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Geração de Energia Elétrica</li> <li>➤ Transmissão de Energia Elétrica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Financiamento               <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Aumento do prazo limite: 14 para 20 anos</li> <li>➤ Mínimo, em termos reais, de 70% do investimento será financiado</li> <li>➤ Redução do índice de cobertura da dívida de 1,3 para 1,2</li> <li>➤ Aumento da carência de 6 para 12 meses, de acordo com a necessidade do projeto</li> <li>➤ Isonomia entre auto-produtores e PIE's</li> </ul> </li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Combustíveis Renováveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Parcerias com o Setor Privado</li> <li>➤ Financiamento Público</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Petróleo e Gás Natural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Orçamento Petrobrás</li> <li>➤ Parcerias da Petrobrás - Setor Privado</li> <li>➤ Concessões Privadas</li> </ul>

## PREVISÃO TOTAL DE INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA ENERGÉTICA

Programas	Investimentos (R\$ bilhões)			
	2007	2008-10	TOTAL	Após 2010
Geração de Energia Elétrica	11,5	54,4	65,9	20,7
Transmissão de Energia Elétrica	4,3	8,2	12,5	3,4
Petróleo e Gás Natural	35,9	143,1	179,0	138,1
Combustíveis Renováveis	3,3	14,1	17,4	27,0
<b>TOTAL</b>	<b>55,0</b>	<b>219,8</b>	<b>274,8</b>	<b>189,2</b>

## PREVISÃO DE INVESTIMENTO REGIONAL EM INFRA-ESTRUTURA ENERGÉTICA 2007-2010

R\$ bilhões

REGIÃO	INVESTIMENTO TOTAL 2007-10
Norte	32,7
Nordeste	29,3
Sudeste	80,8
Sul	18,7
Centro-Oeste	11,6
Projetos Nacionais	101,7
<b>TOTAL</b>	<b>274,8</b>

Inclui geração e transmissão de energia elétrica, petróleo, gás e combustíveis renováveis.

## METAS DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	ATÉ 2010	APÓS 2010
Geração MW	12.386	27.420
Transmissão km	13.826	5.257



## REGIÃO NORTE

### GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

#### USINAS EM IMPLANTAÇÃO

UHE Estreito - Rio Tocantins - 1.087 MW - operação em 2010 \*

UHE São Salvador - Rio Tocantins - 243 MW - operação em 2009

UHE Rondon II - Rio Comemoração - 73,5 MW - operação em 2008

PROINFA \*\* - 6 PCH's \*\*\* - 102 MW

#### USINAS PREVISTAS

UHE Santo Antônio - Rio Madeira - 3.150 MW

UHE Jirau - Rio Madeira - 3.300 MW

UHE Belo Monte - Rio Xingu - 5.681 MW

UHE Serra Quebrada - Rio Tocantins - 1.328 MW

UHE Tupiratins - Rio Tocantins - 620 MW

UHE Tocantins - Rio Tocantins - 480 MW

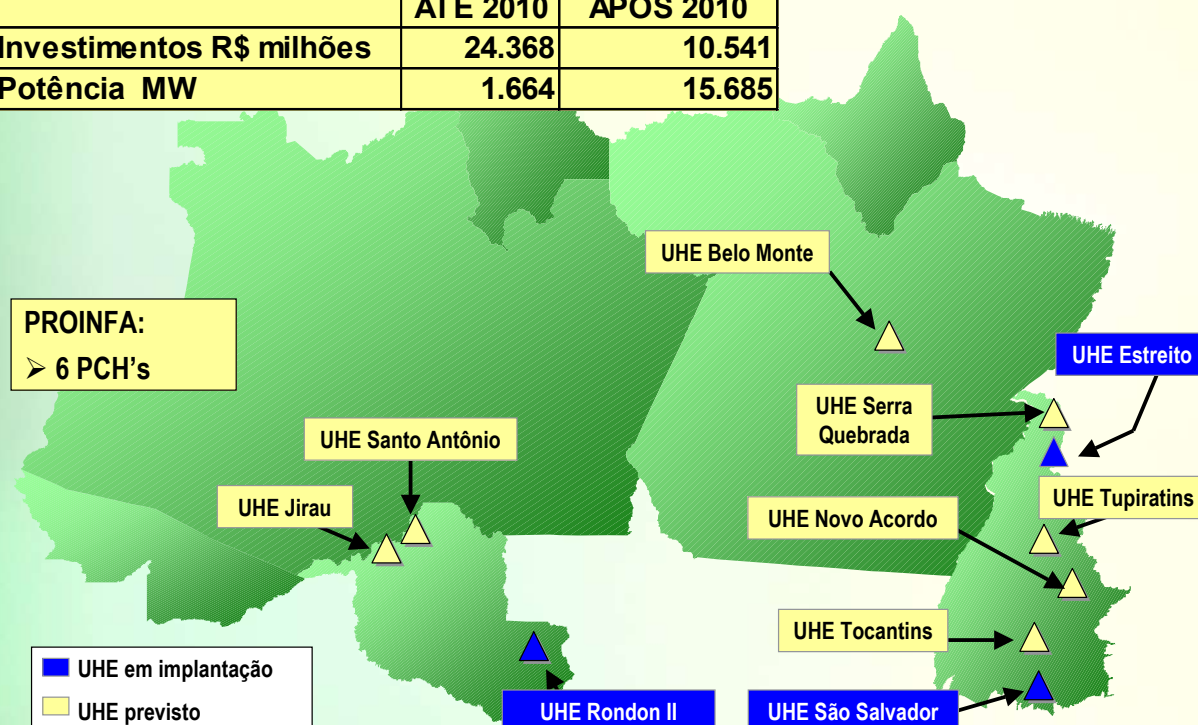
UHE Novo Acordo - Rio do Sono - 160 MW

\* UHE – Usina Hidrelétrica

\*\* PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

\*\*\* PCH – Pequena Central Hidrelétrica

	ATÉ 2010	APÓS 2010
Investimentos R\$ milhões	24.368	10.541
Potência MW	1.664	15.685



## REGIÃO NORTE

### TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

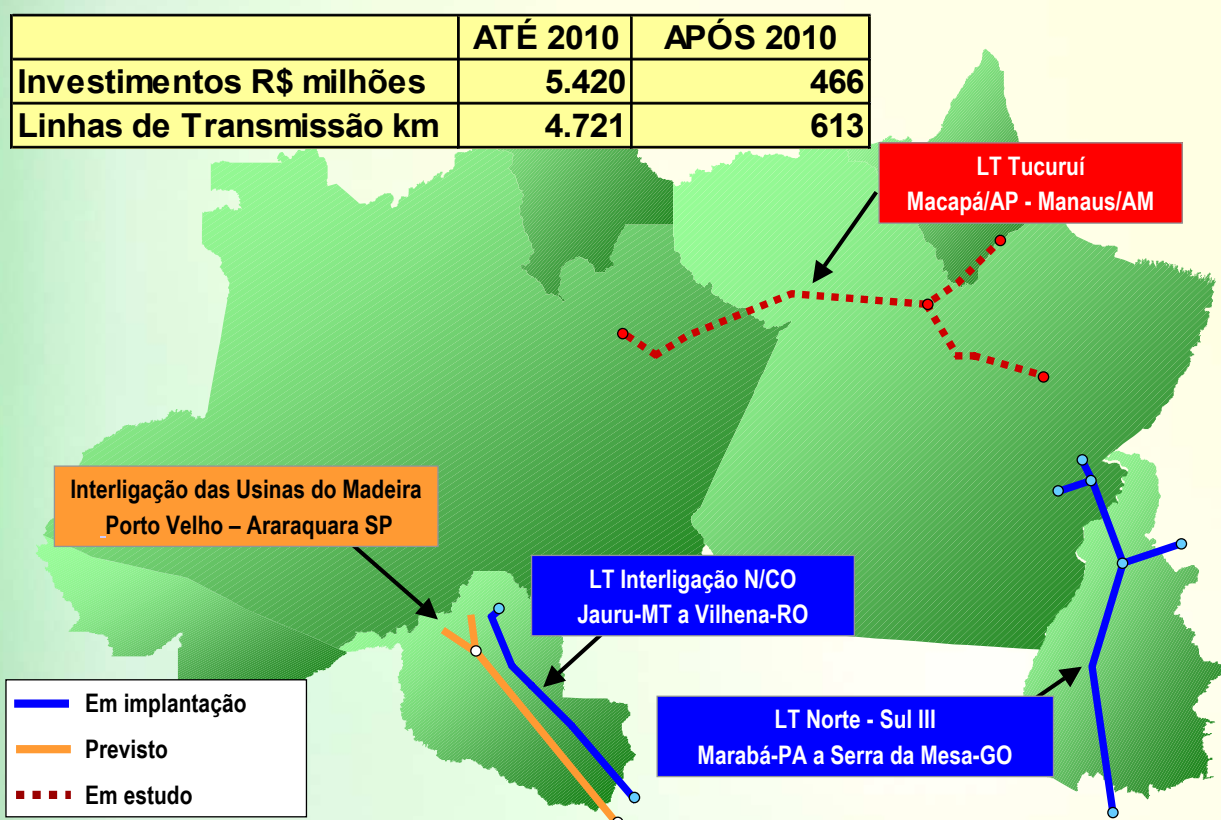
#### LINHAS DE TRANSMISSÃO - LT

Interligação AC/RO I: sistema isolado AC/RO e Sistema Interligado Nacional (Porto Velho-RO a Jauru-MT)

Conexão das Usinas do Madeira: Porto Velho-RO a Araraquara-SP

Interligação Norte-Sul III: sub-sistemas N/SE (Marabá-PA a Serra da Mesa-GO)

Interligação Tucuruí - Manaus - Macapá: em estudo - Tucuruí-PA a Manaus-AM e Tucuruí-PA a Macapá-AP



## REGIÃO NORDESTE

### GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

#### USINAS EM IMPLANTAÇÃO

UTE Vale do Açu - 340 MW - operação em 2008 \*

UTE Camaçari Muricy I - 148 MW - operação em 2009

UTE Camaçari Polo de Apoio - 148 MW - operação em 2009

5 UTE's - 582 MW - operação até 2010

PROINFA - 3 PCH's, 35 centrais eólicas e 2 UTE's a biomassa - 818 MW

#### USINAS PREVISTAS

UHE Riacho Seco - Rio São Francisco - 240 MW

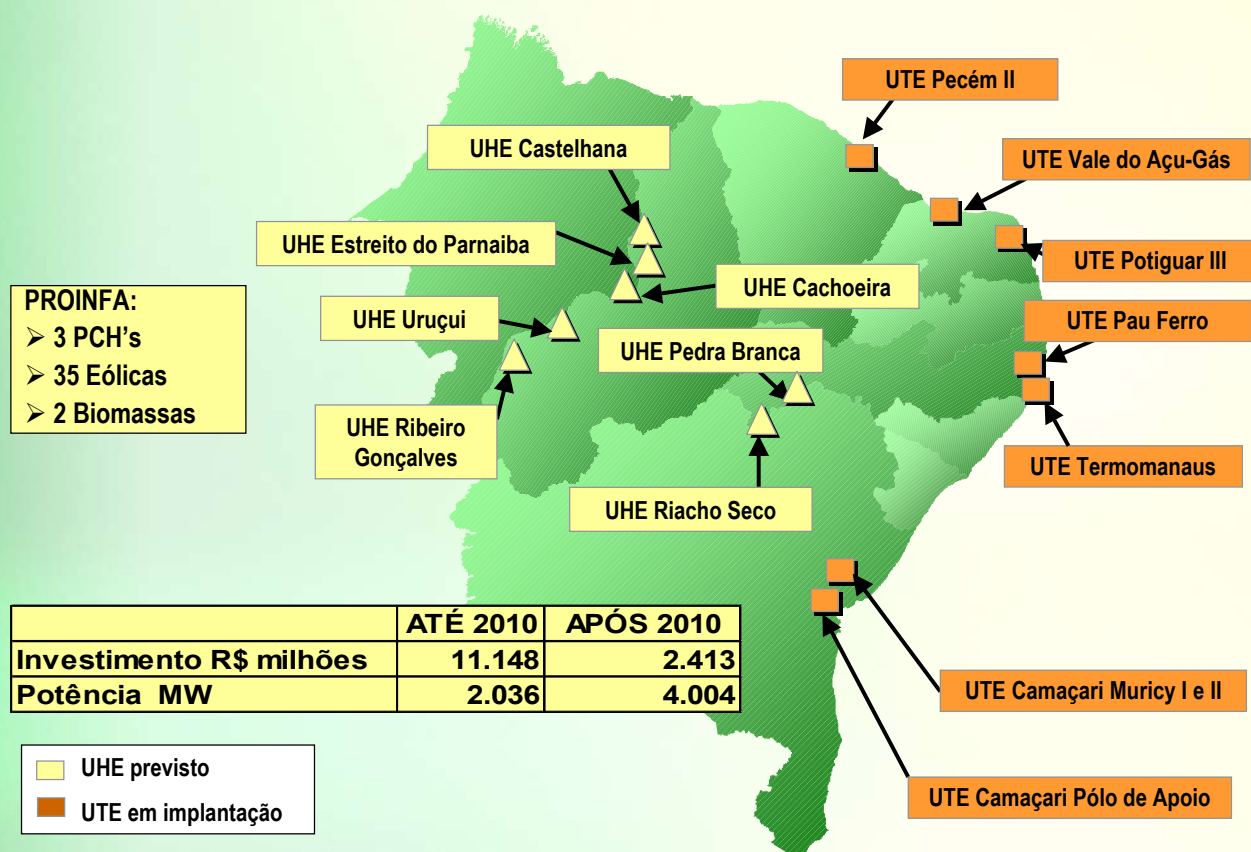
UHE Pedra Branca - Rio São Francisco - 320 MW

5 UHE's - 612 MW

UTE Biomassa - 250 MW (indicativo)

UTE Gás Natural - 2.550 MW (indicativo)

\* UTE – Usina Termelétrica





## REGIÃO NORDESTE

### TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

#### LINHAS DE TRANSMISSÃO

LT Balsas - Ribeiro Gonçalves - MA-PI

LT Colinas - Coremas - TO-PB (Colinas – Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí – Milagres – Coremas)

LT Açailândia - Miranda – MA (Açailândia – Presidente Dutra – Miranda)

LT Banabuíu - Mossoró - CE-RN

LT Xingó - Angelim - PE-AL

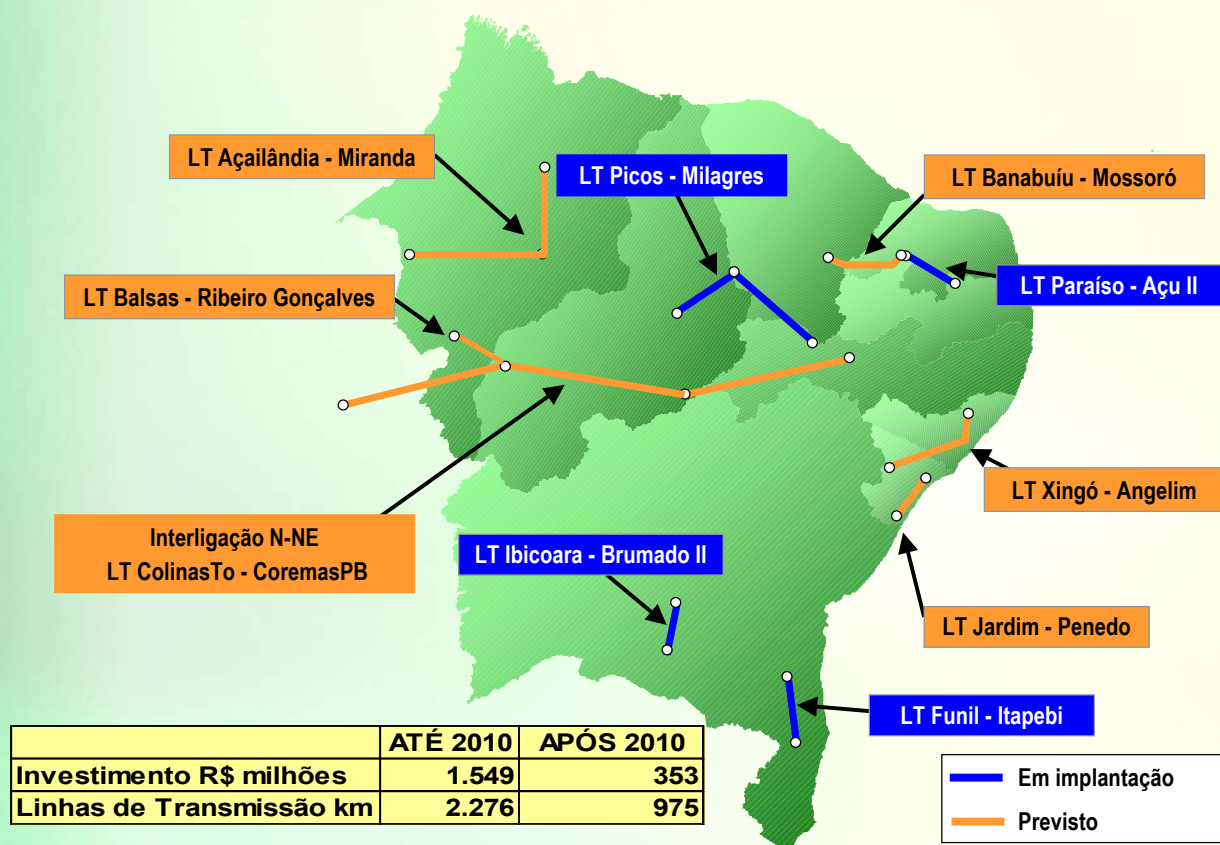
LT Jardim - Penedo - SE-AL

LT Ibicoara - Brumado II - BA

LT Funil - Itapebi - BA

LT Paraíso - Açú II - RN

LT Picos - Milagres - PI-CE (Picos – Tauá – Milagres)



## REGIÃO SUDESTE

### GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

#### USINAS EM IMPLANTAÇÃO

UHE Simplício - Rio Paraíba do Sul - 306 MW - operação em 2010

UHE Baguari - Rio Doce - 140 MW - operação em 2009

UHE Retiro Baixo - Rio Paraopeba - 82 MW - operação em 2009

UTE Cubatão - 250 MW - operação em 2008

2 UHE's (Baú I e Barra do Braúna), 4 PCH's e 7 UTE's - 1.903 MW - operação até 2010

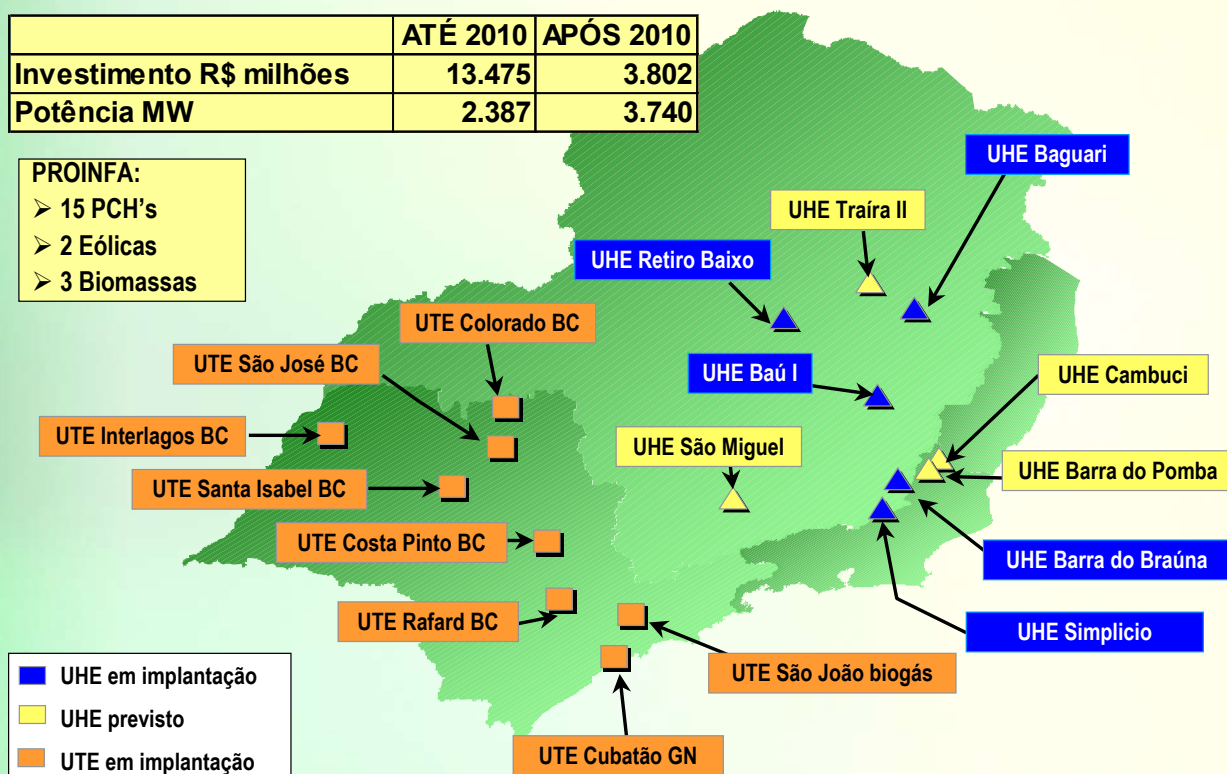
PROINFA - 15 PCH's, 2 centrais eólicas e 3 UTE's a biomassa - 780 MW

#### USINAS PREVISTAS

4 UHE's - 251 MW

UTE's - 1.350 MW (indicativo)

UTE Biomassa - 1.300 MW (indicativo)



## REGIÃO SUDESTE

### TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

#### LINHAS DE TRANSMISSÃO

LT Paracatu 4 – Pirapora 2 - MG

LT São Simão - Poços de Caldas - MG - SP (São Simão – Marimbondo – Ribeirão Preto – Poços de Caldas)

LT Luziânia - Ribeirão Preto - GO-SP (Luziânia – Paracatu 4 – Emborcação – Nova Ponte – Estreito – Ribeirão Preto)

LT Itumbiara – Bom Despacho - MG (Itumbiara – Nova Ponte – São Gotardo2 – Bom Despacho 3)

LT Irapé - Araçuaí - MG

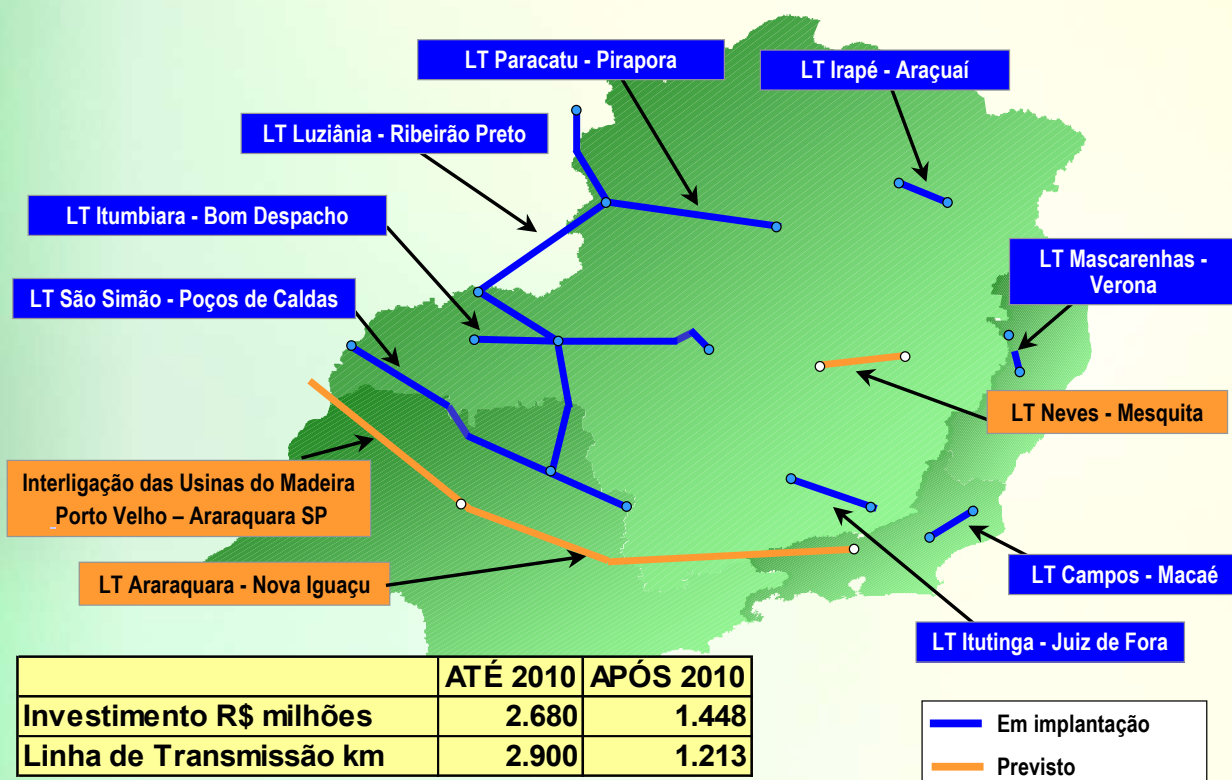
LT Mascarenhas – Verona - MG

LT Campos - Macaé - RJ

LT Itutinga - Juiz de Fora - MG

LT Neves - Mesquita - MG

LT Araraquara - Nova Iguaçu - SP-RJ (Araraquara – Atibaia – Nova Iguaçu)





## REGIÃO SUL

### GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

#### USINAS EM IMPLANTAÇÃO

UHE Foz do Chapecó - Rio Uruguai - 855 MW - operação em 2010

UHE Mauá - Rio Tibagi de 361 MW - operação em 2010

UTE Candiota III - 350 MW - operação em 2009

6 UHE's e 2 UTE's - 2.627 MW - operação até 2010

PROINFA - 11 PCH's 11 centrais eólicas e 2 UTE's a biomassa - 522 MW

#### USINAS PREVISTAS

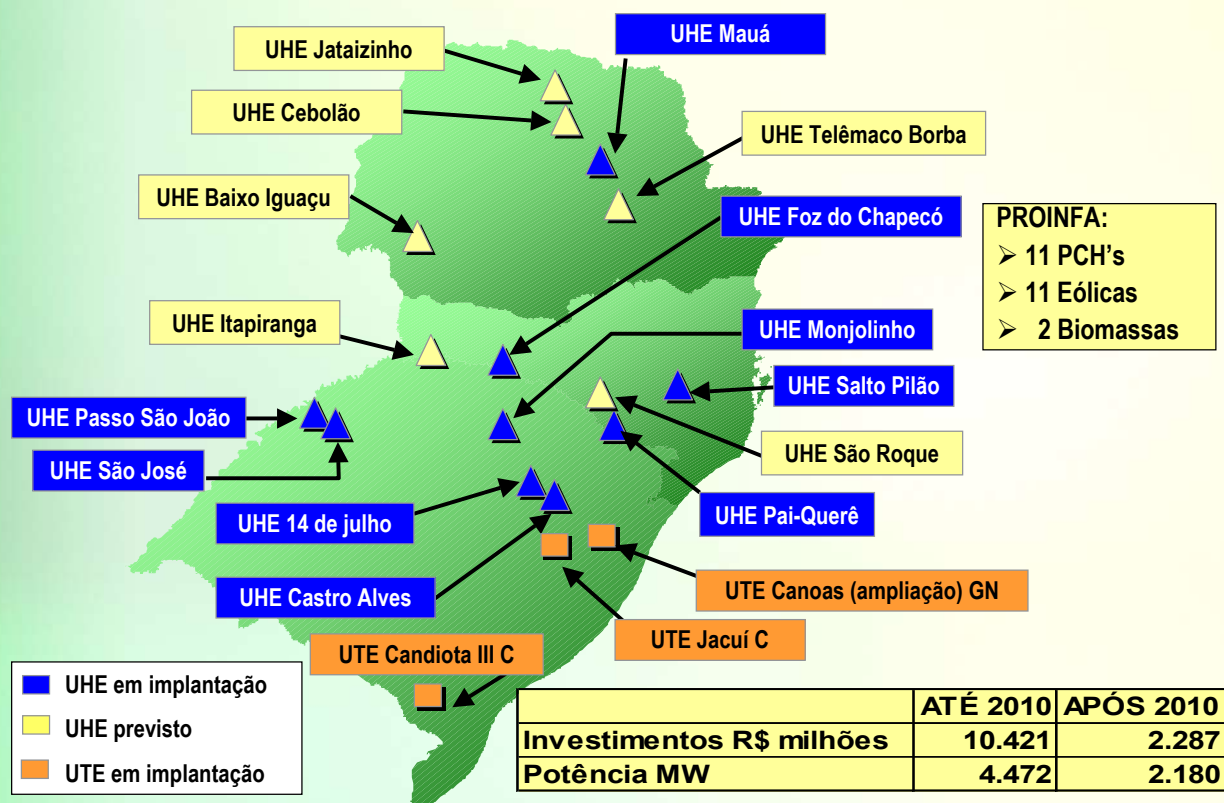
UHE São Roque – Rio Canoas – Potência: 214 MW

UHE Baixo Iguaçu – Rio Iguaçu – Potência: 340 MW

UHE Itaipiranga – Rio Uruguai – Potência: 580 MW

4 UHE's - 482 MW

UTE Carvão – 350 MW (Indicativo)



## REGIÃO SUL

## TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

## LINHAS DE TRANSMISSÃO

LT Londrina – Maringá - PR

LT Itararé – Jaguariaíva - SP-PR

LT Curitiba – Bateias - PR

LT Bateias – Joinville Norte – PR-SC

LT Videira – Machadinho – SC-RS (Videira – Campos Novos – Machadinho)

LT Blumenau – Siderópolis - SC (Blumenau – Biguaçu – Siderópolis)

LT Santa Cruz I – Presidente Médici – RS

LT Cascavel Oeste – Foz do Iguaçu Norte - PR



## REGIÃO CENTRO-OESTE

### GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

#### USINAS EM IMPLANTAÇÃO

UHE Dardanelos - Rio Aripuanã - 261 MW - operação em 2010

UHE Serra do Facão - Rio São Marcos - 213 MW - operação em 2010

Ampliação da UTE Três Lagoas - 110 MW - operação em 2008

8 UHE's, 2 PCH's e 2 UTE's - 835 MW - operação até 2010

PROINFA - 19 PCH's e 1 UTE's a biomassa - 408 MW

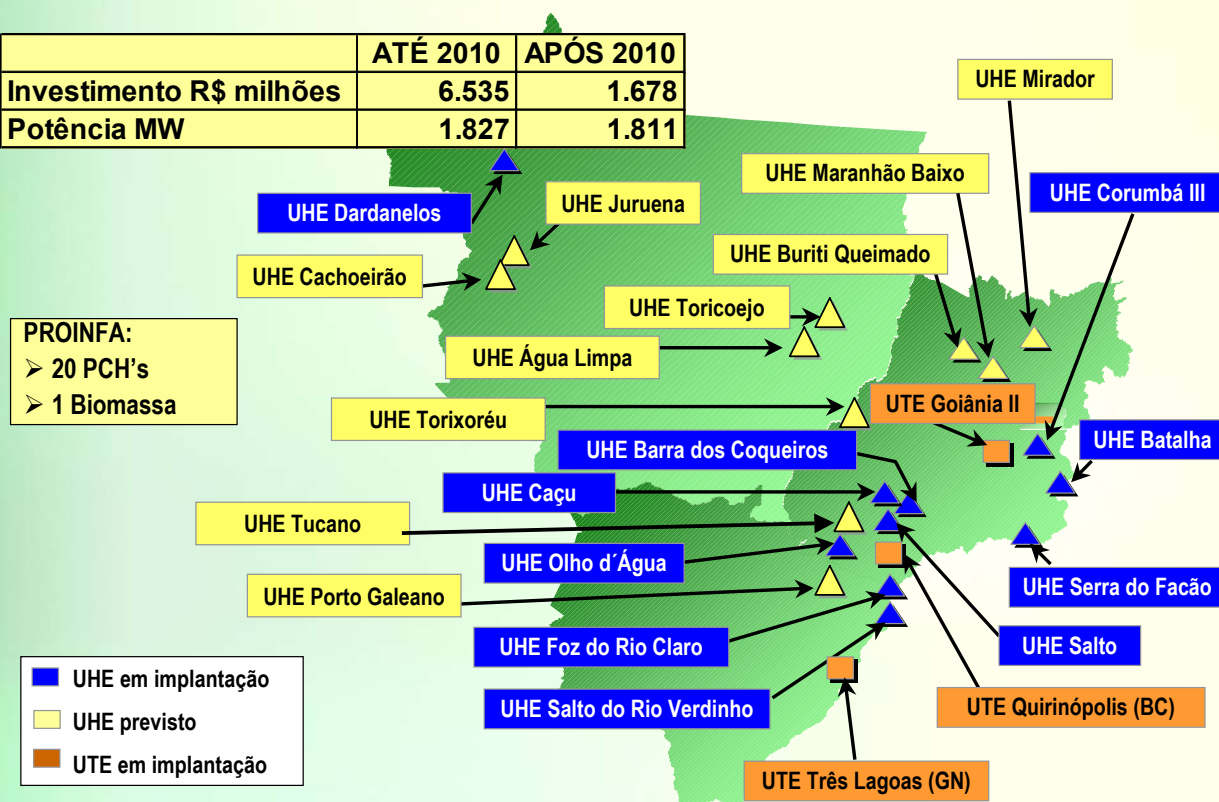
#### USINAS PREVISTAS

UHE Água Limpa - Rio das Mortes - 320 MW

UHE Torixoréu - Rio Araguaia - 408 MW

8 UHE's - 829 MW

	ATÉ 2010	APÓS 2010
Investimento R\$ milhões	6.535	1.678
Potência MW	1.827	1.811





## REGIÃO CENTRO-OESTE

### TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

#### LINHAS DE TRANSMISSÃO

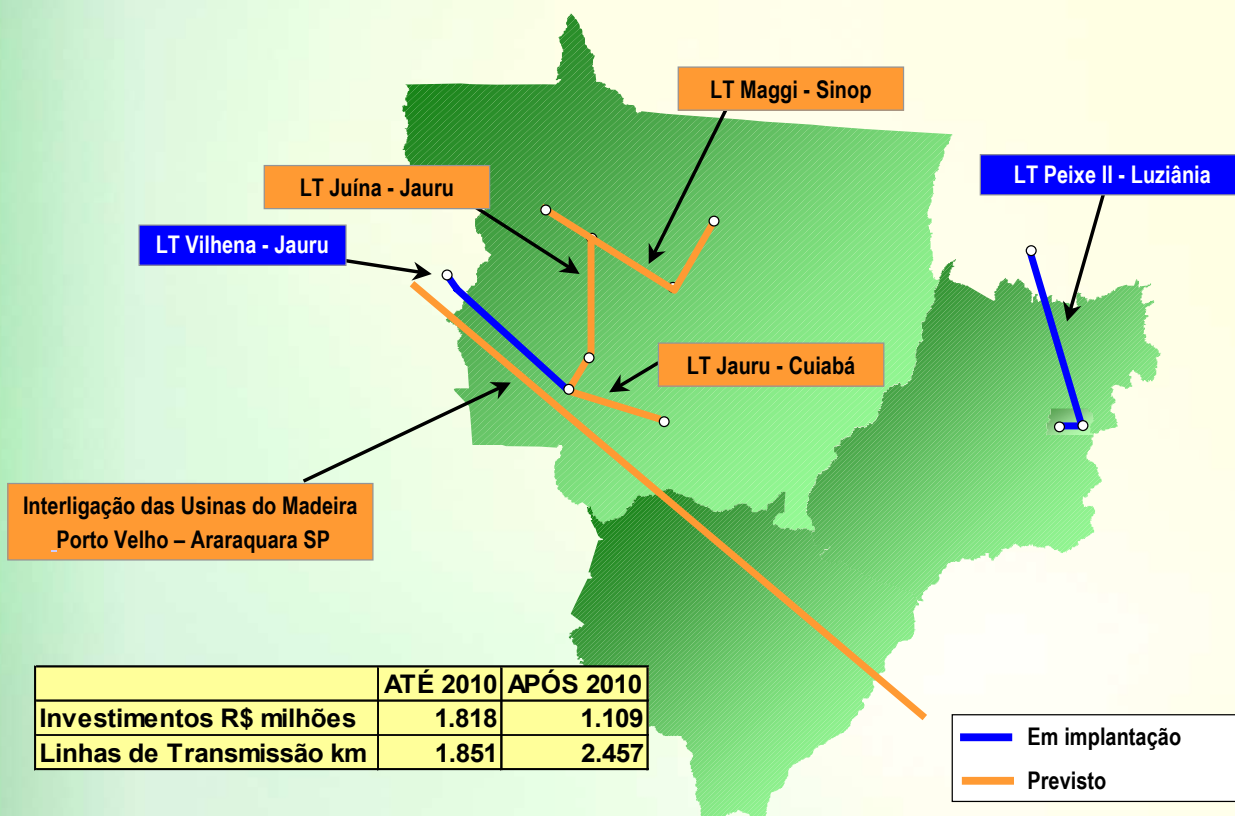
LT Juína – Jauru - MT (Juína – Maggi – Jauru)

LT Maggi – Sinop - MT (Maggi – Nova Mutum – Sorriso – Sinop)

LT Jauru – Cuiabá - MT

LT Vilhena – Jauru – RO-MT

LT Peixe II – Luziânia - TO-GO (Peixe II – Serra da Mesa II – Luziânia)

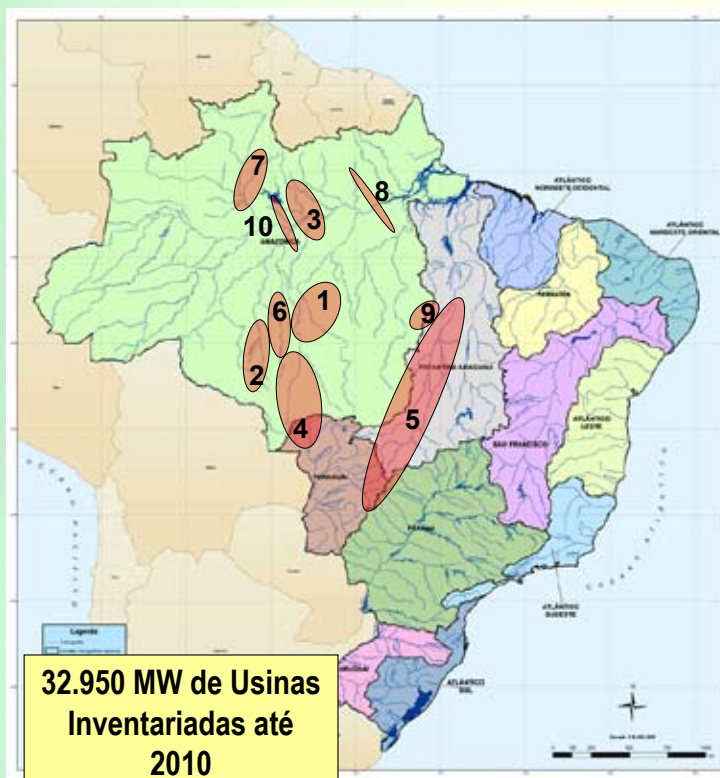


## ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E EIA-RIMA DE APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS



Aproveitamento Hidrelétrico	Conclusão dos Estudos	Potência (MW)
Belo Monte	30/06/2008	5.681
Marabá	31/12/2008	2.160
Tabajara	31/12/2008	350
Teles Pires	30/06/2009	3.422
Apicás	30/06/2009	275
São Luiz	30/06/2009	9.080
São João da Barra	31/07/2010	1.800
Prainha	31/07/2010	1.600
C. Porteira	31/07/2010	1.400
<b>Total</b>		<b>25.768</b>

## ESTUDOS DE INVENTÁRIO HIDRELÉTRICO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS



Bacia Hidrográfica	Conclusão dos Estudos	Potência a inventariar (MW)
Tapajós	31/07/2007	14.000
Aripuanã	30/06/2008	3.000
Trombetas	30/06/2008	3.000
Juruena	30/06/2008	5.000
Araguaia	31/09/2008	3.100
Sucunduri	31/12/2008	650
Branco	31/12/2008	2.000
Jari	31/03/2009	1.100
Itacaiunas	30/06/2010	450
Jatapu	30/06/2010	650
<b>Total</b>		<b>32.950</b>

## INVESTIMENTO EM PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS

R\$ bilhões

Ação	Até 2010	Após 2010
Petróleo - Exploração e Produção	93,4	100,2
Refino, Transporte e Petroquímica	45,2	31,7
Gás Natural	40,4	6,2
Combustíveis Renováveis	17,4	27,0
<b>TOTAL</b>	<b>196,4</b>	<b>165,1</b>

## METAS FÍSICAS – PETRÓLEO, GÁS E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS

Ação	2010
<b>Petróleo - Exploração e Produção</b>	
Exploração - aumento de reservas	800 milhões de barris de óleo p/ ano
Produção - auto-suficiência	2,6 milhões de barris/dia
<b>Refino, Transporte e Petroquímica</b> <span style="float: right;">ADICIONAL</span>	
Novas Refinarias e Petroquímicas	350 mil barris/dia (2012)
Refino - Ampliação e Modernização	250 mil barris/dia de petróleo pesado processado; 100 mil barris/dia na capacidade de refino
Petroleiros em construção no Brasil	42 navios contratados (15 entregues)
	2 super petroleiros contratados
HBIO	425 mil m <sup>3</sup> /ano de óleos vegetais no refino
<b>Gás Natural</b> <span style="float: right;">ADICIONAL</span>	
Gás Natural = Plangas + outros	39,2 milhões de m <sup>3</sup> /dia + 15,8 milhões m <sup>3</sup> /dia = 55 MM/dia
GNL	20 milhões de m <sup>3</sup> /dia ( 2008)
Gasodutos	4.526 km
<b>Combustíveis Renováveis</b>	
Biodiesel	3,3 bilhões de litros/ano, 46 novas usinas
Etanol	23,3 bilhões de litros/ano, 77 novas usinas
Alcoolduto / Poliduto	1.150 km de dutos

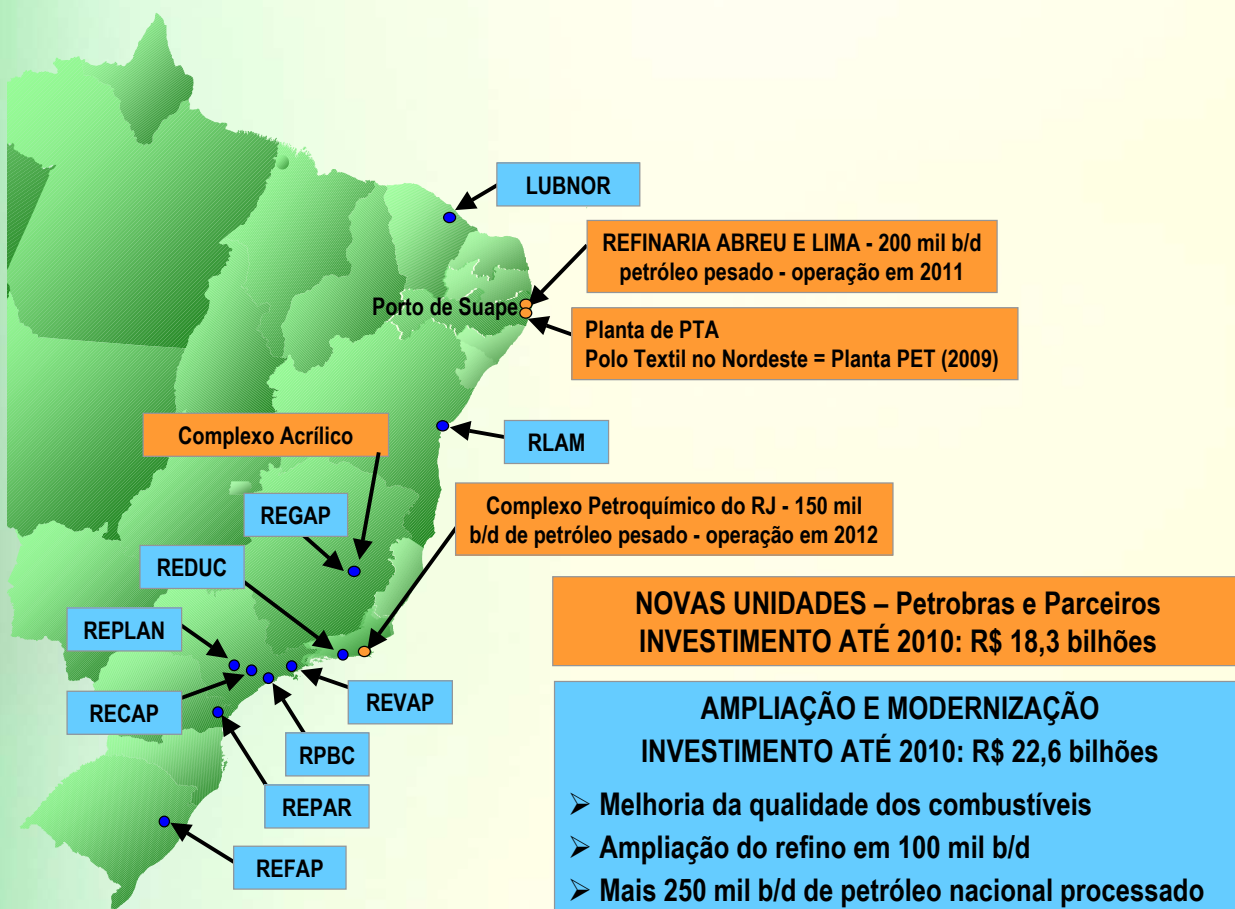
## AUTO-SUFICIÊNCIA – EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

<b>PRINCIPAIS PROJETOS (Construção no País)</b>
P-52 , P54 e P55 (Roncador)
P-53 (Marlim Leste)
P-51 e P-56 (Marlim Sul)
P-57 (Jubarte)

	Investimentos (R\$ bilhões)	
	Petrobrás	Outros
<b>Exploração</b>	17,5	6,0
<b>Produção</b>	63,9	6,0
<b>TOTAL</b>	<b>81,4</b>	<b>12,0</b>



## REFINO E PETROQUÍMICA



## HBIO

### PROCESSAMENTO DE ÓLEOS VEGETAIS NO REFINO

Investimento: R\$ 150 milhões



Processamento de 425 mil m<sup>3</sup>/ano de óleo vegetal para produção de HBIO, a partir de 2008

## AMPLIAÇÃO DA FROTA NACIONAL DE PETROLEIROS

42 novos navios de transporte marítimo

26 novos navios até 2012: 15 entregues até 2010

Contratação de 2 superpetroleiros

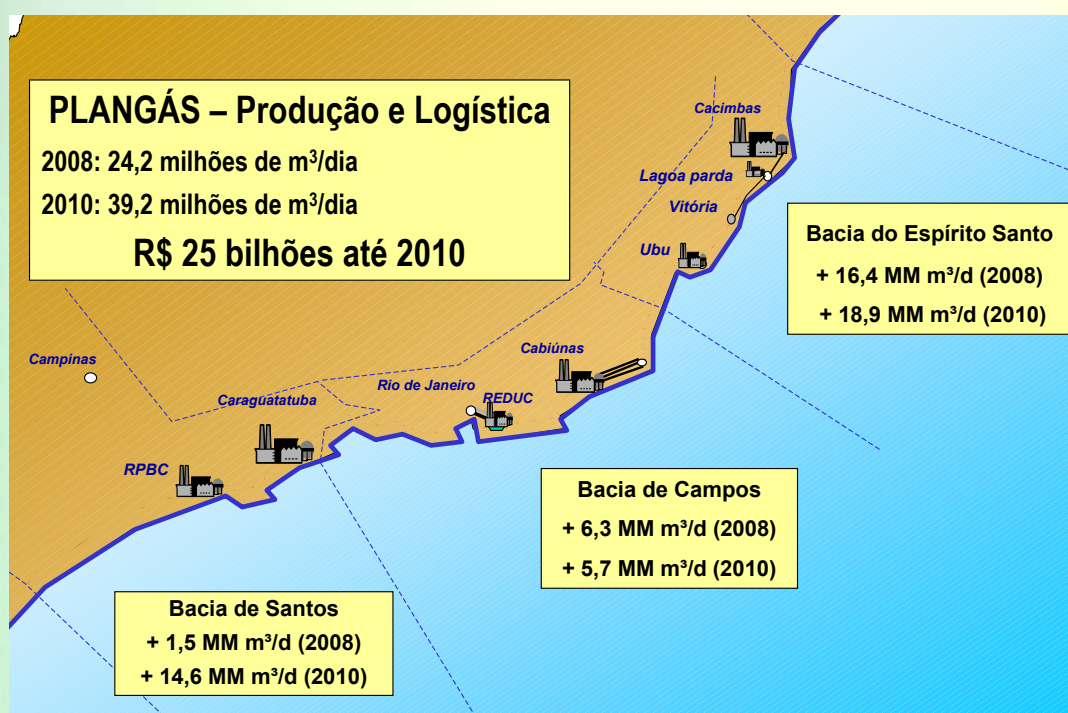
Início das Construções: 2º Trimestre de 2007

Fase de Construção e Montagem: 2008 a 2010

Investimentos (R\$ bilhões)	
Até 2010	Após 2010
4,1	5,0

## REGIÃO SUDESTE

### ANTECIPAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL DE GÁS NATURAL

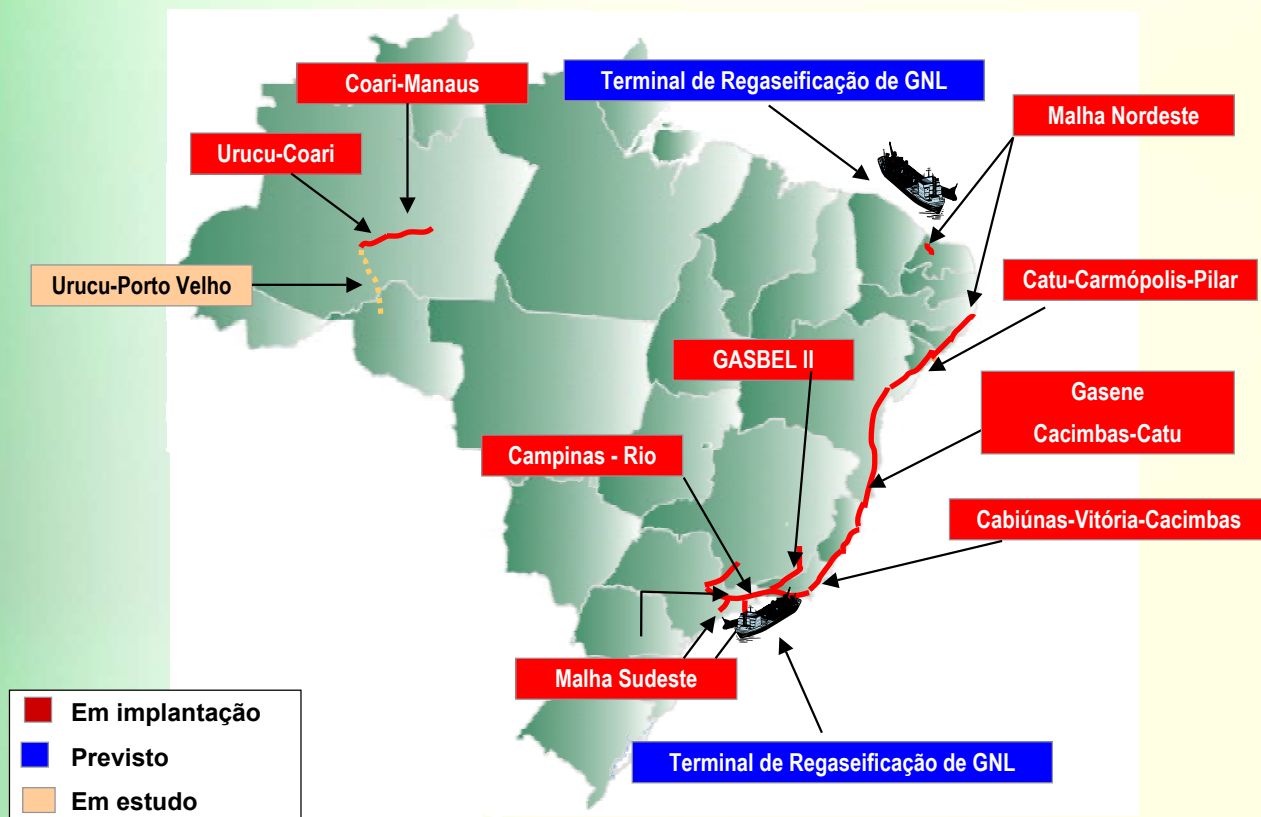


### AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL

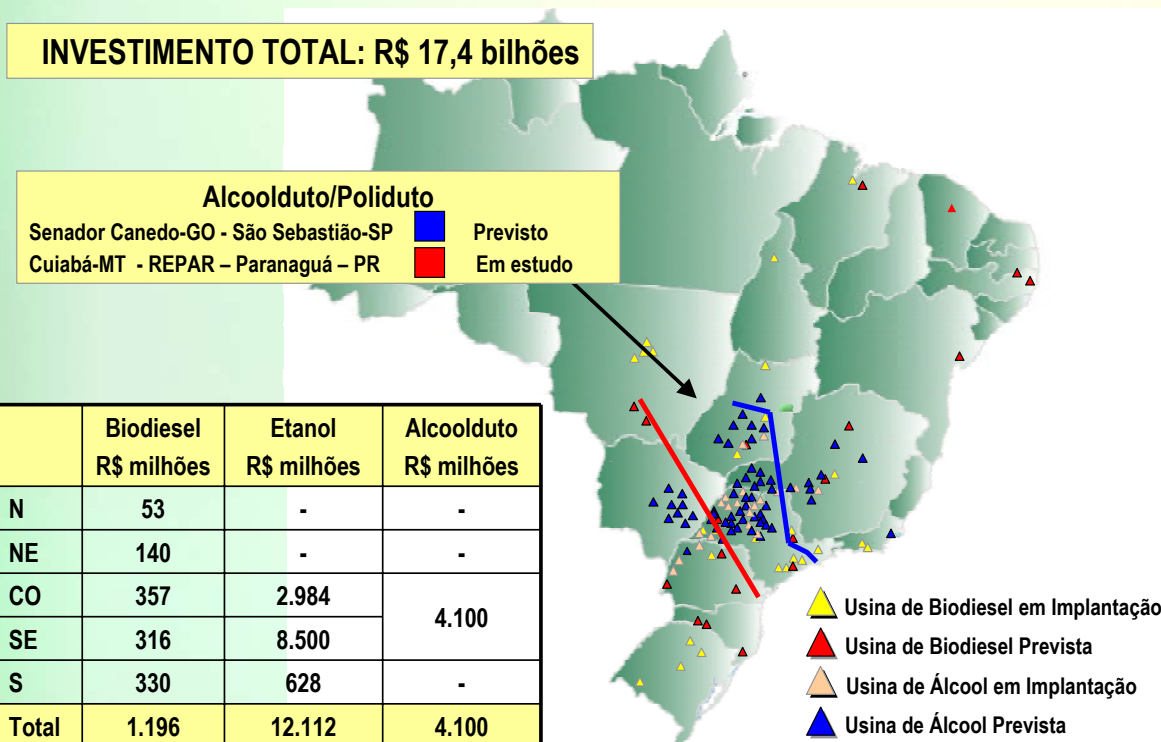
Gasoduto	km	Até 2010 R\$ bilhões
N	1.183	2,8
NE	1.668	4,6
SE	1.675	5,1
<b>Total</b>	<b>4.526</b>	<b>12,5</b>

GNL	MMm <sup>3</sup> /dia	R\$ bilhões
NE	6	1,0
SE	14	1,9
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>2,9</b>

## AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL



## BIOCOMBUSTÍVEIS - ETANOL E BIODIESEL





## PREVISÃO DE INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA SOCIAL E URBANA 2007-2010

R\$ bilhões

ÁREA	INVESTIMENTO		
	2007	2008-2010	TOTAL
Luz para Todos	4,3	4,4	8,7
Saneamento	8,8	31,2	40,0
Habitação	27,5	78,8	106,3
Metrôs	0,7	2,4	3,1
Recursos Hídricos	2,3	10,4	12,7
<b>TOTAL</b>	<b>43,6</b>	<b>127,2</b>	<b>170,8</b>

OGU Fiscal: R\$ 34 bilhões (sem Luz Para Todos)

Financiamento Público (FGTS - FAT e BNDES): R\$ 65,5 bilhões

## PREVISÃO DE INVESTIMENTO REGIONAL EM INFRA-ESTRUTURA SOCIAL E URBANA 2007-2010

R\$ bilhões

REGIÃO	TOTAL
Norte	11,9
Nordeste	43,7
Sudeste	41,8
Sul	14,3
Centro-Oeste	8,7
Nacional - SBPE	50,4
<b>TOTAL</b>	<b>170,8</b>

SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

## PREVISÃO DE ATENDIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA SOCIAL E URBANA

PROGRAMA	ATENDIDOS
Luz para Todos	5,2 milhões de pessoas
Saneamento	22,5 milhões de domicílios
Habitação	4 milhões de famílias
Habitação SBPE	600 mil famílias
Recursos Hídricos	23,9 milhões de pessoas
Metrô	609 milhões de passageiros / ano

### LUZ PARA TODOS

### UNIVERSALIZAÇÃO DE ATENDIMENTO EM ENERGIA ELÉTRICA 2007-2010

REGIÃO	RECURSOS FEDERAIS (R\$ bilhões)	RECURSOS ESTADUAIS (R\$ bilhões)	RECURSOS PRIVADOS (R\$ bilhões)	TOTAL (R\$ bilhões)	PESSOAS A ATENDER (milhares)
Norte	2,10	0,30	0,30	2,7	1.620
Nordeste	3,20	0,70	0,50	4,4	2.560
Sudeste	0,60	0,10	0,10	0,8	480
Sul	0,09	0,06	0,04	0,2	125
Centro-Oeste	0,40	0,10	0,10	0,6	365
<b>TOTAL</b>	<b>6,4</b>	<b>1,3</b>	<b>1,0</b>	<b>8,7</b>	<b>5.150</b>

## METAS PARA SANEAMENTO BÁSICO 2007-2010

	% DOMICÍLIOS ATENDIDOS 2005	META % 2010	DOMICÍLIOS (milhões) 2007-10	PESSOAS (milhões) 2007-10
ÁGUA	82,3	86,0	7,0	24,5
ESGOTO	48,2	55,0	7,3	25,4
LIXO destinação adequada	36,0	47,0	8,9	31,1

## FONTES DE RECURSOS PARA SANEAMENTO BÁSICO 2007-2010

		R\$ bilhões
FONTE	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	INVESTIMENTO
Orçamento Geral da União	Saneamento integrado em favelas e palafitas (PPI)	4
	Água, esgoto, destinação final de lixo e drenagem urbana em cidades de grande e médio porte - inclui desenvolvimento institucional (PPI)	4
	Água, esgoto, destinação final de lixo e drenagem urbana em cidades de até 50 mil habitantes	4
	<b>Subtotal</b>	<b>12</b>
FGTS / FAT	Financiamentos a Estados, Municípios e Companhias de Saneamento	12
	Financiamento a Prestadores Privados e Operações de Mercado	8
	<b>Subtotal</b>	<b>20</b>
Contrapartida de Estados, Municípios e Prestadores		8
<b>TOTAL</b>		<b>40</b>



## PREVISÃO DE INVESTIMENTO E DOMICÍLIOS ATENDIDOS EM SANEAMENTO BÁSICO – 2007-2010

REGIÃO	INVESTIMENTO TOTAL (R\$ bilhões)	DOMICÍLIOS ATENDIDOS (milhões)
Norte	3,9	2,2
Nordeste	9,6	5,4
Sudeste	15,5	8,7
Sul	7,4	4,2
Centro-Oeste	3,6	2,0
<b>TOTAL</b>	<b>40,0</b>	<b>22,5</b>

## HABITAÇÃO

### FONTES DE RECURSOS – 2007-2010

R\$ bilhões

FONTE	2007	2008-2010	TOTAL
Orçamento Geral da União	2,6	7,5	10,1
Financiamento Setor Público	1,0	3,0	4,0
Financiamento Pessoa Física	8,8	23,7	32,5
SBPE Poupança	10,5	31,5	42,0
Contrapartida*	4,6	13,1	17,7
<b>TOTAL</b>	<b>27,5</b>	<b>78,8</b>	<b>106,3</b>

\* Recursos de estados, municípios e pessoas físicas.

## PREVISÃO DE INVESTIMENTO E ATENDIMENTO EM HABITAÇÃO, POR REGIÃO – 2007-2010

REGIÃO	MORADIA (R\$ bilhões)	URBANIZAÇÃO DE FAVELA (R\$ bilhões)	TOTAL (R\$ bilhões)	FAMÍLIAS ATENDIDAS (mil)
Norte	3,8	1,1	4,9	313
Nordeste	12,7	3,5	16,2	1.070
Sudeste	19,1	4,8	23,9	1.785
Sul	5,3	1,3	6,6	484
Centro-Oeste	3,4	0,9	4,3	308
<b>TOTAL</b>	<b>44,3</b>	<b>11,6</b>	<b>55,9</b>	<b>3.960</b>

\* Inclui recursos de contrapartida de estados, municípios e pessoas físicas

## PREVISÃO DE INVESTIMENTO EM METRÔS – 2007-2010

R\$ milhões

FONTES	INVESTIMENTO		
	2007	2008-2010	TOTAL
Orçamento Geral da União	535	976	1.511
Financiamento	186	1.430	1.616
<b>TOTAL</b>	<b>721</b>	<b>2.406</b>	<b>3.127</b>

**META: AUMENTO DE 609 MILHÕES DE PASSAGEIROS/ANO**

## PREVISÃO DE INVESTIMENTO EM METRÔS – 2007-2010



## PREVISÃO TOTAL DE INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA 2007-2010

R\$ milhões

PROGRAMA	INVESTIMENTO		
	2007	2008-2010	TOTAL
Revitalização de Bacias (S. Francisco e Parnaíba)	349	1.226	1.575
Integração da Bacia do São Francisco	837	5.721	6.558
Sistemas de Abastecimento de Água Bruta	486	852	1.338
Projetos de Irrigação	593	2.594	3.187
<b>TOTAL</b>	<b>2.265</b>	<b>10.393</b>	<b>12.658</b>

Financiamento Público – R\$ 980 milhões (70% do investimento privado)

## PREVISÃO DE INVESTIMENTO E ATENDIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA, POR REGIÃO – 2007-2010

REGIÃO	INVESTIMENTO TOTAL (R\$ milhões)	POPULAÇÃO ATENDIDA (milhares)
Norte	359	50
Nordeste	11.759	19.712
Sudeste	218	1.408
Sul	151	162
Centro-Oeste	171	2.552
<b>TOTAL</b>	<b>12.658</b>	<b>23.884</b>

### REGIÃO NORDESTE REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

#### BACIA DO SÃO FRANCISCO

BA, PE, AL, SE (MG)

#### BACIA DO PARNAÍBA

CE, PI e MA

Investimento: R\$ 1,6 bilhão



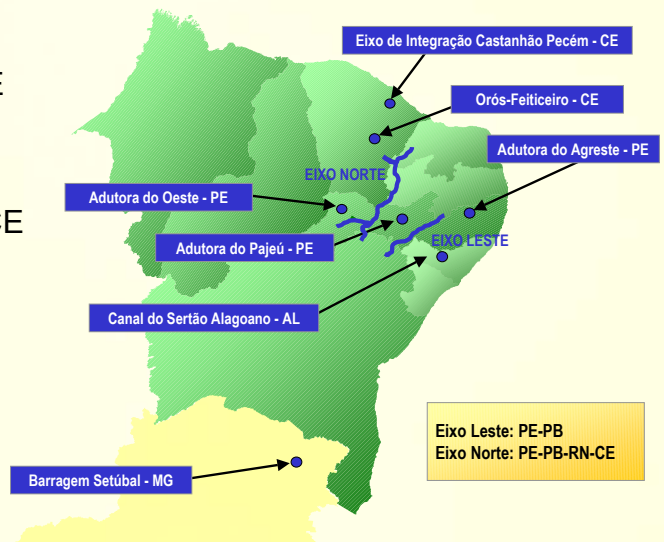


## REGIÃO NORDESTE INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

### INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL - CE, PB, RN E PE

- Eixos Leste e Norte
- Eixo de Integração
- Açude Castanhão / Porto Pecém - CE
- Canal do Sertão Alagoano - AL
- Adutora do Oeste - PE
- Eixo de Integração Orós-Feiticeiro - CE
- Adutora do Agreste - PE
- Adutora do Pajeú - PE
- Barragem Setúbal - MG

**Investimento: R\$ 6,6 bilhões**



### OFERTA DE ÁGUA BRUTA - SISTEMA DE ABASTECIMENTO

- Maceió (Barragem e Adutora Pratagy) - AL
- Recife (Adutora Pirapama) - PE
- Aracaju
- (Adutora São Francisco) - SE
- Palmeira dos Índios - AL
- Região de Marcos do Piauí
- (Barragem e Adutora Poço do Marruá) - PI
- Região do Baixo Paraíba
- (Adutora Acauã) - PB
- Região do Sudeste Piauiense
- (Barragem Pias) - PI
- Região Noroeste Paraibano
- (Adutora Capivara) - PB

**Investimento: R\$ 640 milhões**



## REGIÃO NORDESTE

### ÁGUA TRATADA - PROÁGUA NACIONAL

#### SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Coqueiro Seco - AL

#### SISTEMA ADUTOR

Jacobina - BA  
Cafarnaum - BA  
Congo (2ª Etapa) - PB  
Agrestina - PE  
Bocaina - PI  
Piaus - PI  
Alto Oeste - RN



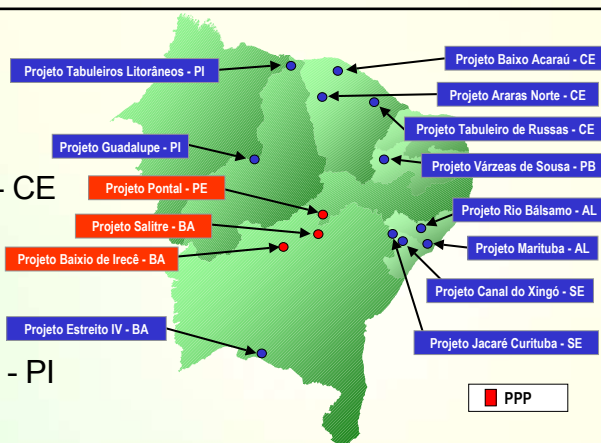
#### AÇUDE

Missi - CE  
Riacho da Serra - CE

**Investimento: R\$ 269 milhões**

#### PROJETOS DE IRRIGAÇÃO

Várzeas de Souza (5.100 ha) - PB  
Rio Bálsamo (700 ha) - AL  
Jacaré Curitiba (3.150 ha) - SE  
Tabuleiro de Russas - 2ª Etapa (3.600 ha) - CE  
Baixo Acaraú - 2ª Etapa (4.140 ha) - CE  
Araras Norte - 2ª Etapa (1.618,56 ha) - CE  
Guadalupe - 2ª Etapa (10.500 ha) - PI  
Tabuleiros Litorâneos - 2ª Etapa (5.895 ha) - PI  
Pontal (7.700 ha) - PE  
Baixio de Irecê (54.000 ha) - BA  
Salitre (32.000 ha) - BA  
Marituba (4.800 ha) - AL  
Estreito IV (5.000 ha) - BA  
Uso Múltiplo Canal do Xingó (10.000 ha) - SE



**Investimento: R\$ 2,7 bilhões**

## REGIÃO NORTE

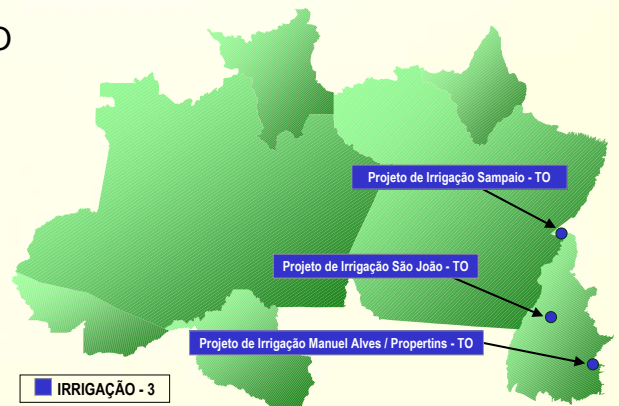
### PROJETOS DE IRRIGAÇÃO

Manuel Alves - Propertins (5.000 ha) - TO

Sampaio (1.000 ha) - TO

São João (3.511 ha) - TO

**Investimento: R\$ 359 milhões**



## REGIÃO SUDESTE

### OFERTA DE ÁGUA BRUTA - SISTEMA DE ABASTECIMENTO

Região do Baixo Rio Pardo (Barragem Berizal) - MG

Barragem do Peão - MG (Uso Múltiplo)

### PROÁGUA NACIONAL

Sistema de Abastecimento de Água nos Municípios de Janaúba, Mato Verde e Rio Pardo de Minas - Sistema Norte - MG

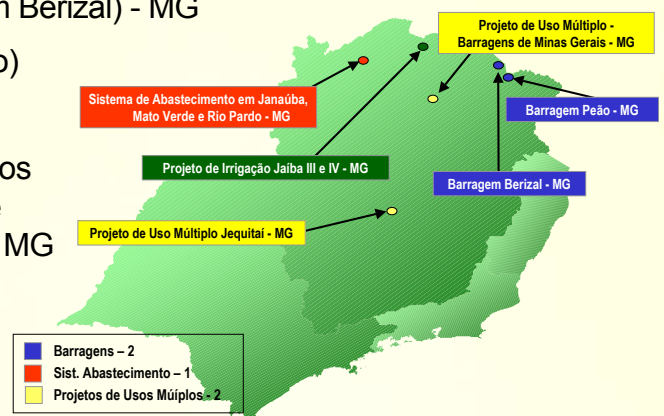
### PROJETOS DE IRRIGAÇÃO

Uso Múltiplo - Jequitaiá - MG

Uso Múltiplo - Barragens - MG

Jaíba III - IV - MG

**Investimento: R\$ 218 milhões**



## REGIÃO SUL

### PROÁGUA NACIONAL

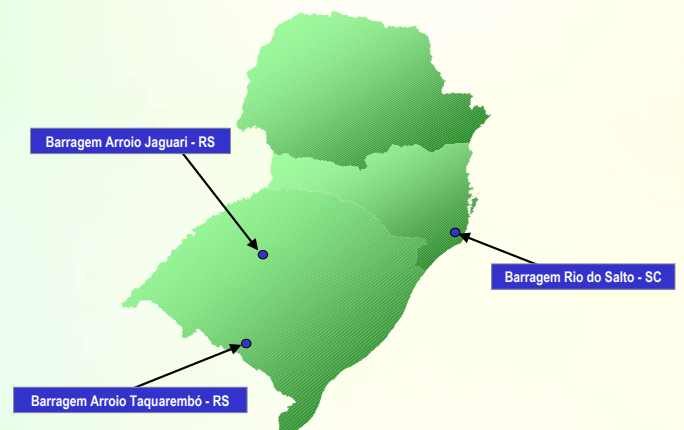
### BARRAGENS

Arroio Taquarembó na Bacia do Rio Santa Maria - RS

Arroio Jaguari na Bacia do Rio Santa Maria - RS

Rio do Salto - SC

**Investimento: R\$ 189 milhões**



## REGIÃO CENTRO-OESTE

### OFERTA DE ÁGUA BRUTA

#### SISTEMA DE ABASTECIMENTO

Região Metropolitana de  
Goiânia (Adutora João Leite) - GO

#### PROJETOS DE IRRIGAÇÃO

Flores de Goiás  
(3.000 ha) - GO

Luis Alves do Araguaia  
(8.148 ha) - GO



**Investimento: R\$ 171 milhões**

Material preparado para a imprensa sob a responsabilidade da Secretaria de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República, com informações da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, por ocasião do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento, Palácio do Planalto, Brasília, 22 de janeiro de 2007.



